

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

**CONTRATO DE COLABORAÇÃO FINANCEIRA
MEDIANTE DESCONTO DE TÍTULOS DE
CRÉDITO Nº 13.2.0785.1 QUE ENTRE SI
FAZEM O BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL – BNDES E A REPÚBLICA DO
EQUADOR, COM A INTERVENIÊNCIA DA
CONSTRUTORA NORBERTO
ODEBRECHT S.A., NA FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento particular ("CONTRATO") celebrado, de um lado, pelo **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, empresa pública federal brasileira, com sede em Brasília, Distrito Federal, e escritório de serviços na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 100, na República Federativa do Brasil ("Brasil"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes legais abaixo assinados ("BNDES") e, de outro lado, pela **REPÚBLICA DO EQUADOR**, representada neste ato pelo *Ministerio de Finanzas del Ecuador*, Av. 10 de Agosto # 1661 y Bolivia, Mezzanine, Quito, Equador ("REPÚBLICA"), com a interveniência da **CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.**, sociedade anônima, com sede na Praia de Botafogo, nº 300, 11º andar, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.102.288/0001-82, por seus representantes legais ao final assinados ("INTERVENIENTE EXPORTADOR"), conjuntamente denominados partes ("PARTES");

CONSIDERANDO QUE:

- (A) em decorrência do processo licitatório internacional RE-SENAGUA-003-2012, a *Secretaria Nacional del Agua – SENAGUA* ("IMPORTADOR"), ente de direito público do Equador, celebrou com o INTERVENIENTE EXPORTADOR, em 28 de maio de 2012, *Contrato de Construcción de las Obras del Proyecto – Trasvase Daule-Vinces*, destinadas à implantação do projeto de irrigação e canalização de rios Trasvase Daule-Vinces, na República do Equador, por força do qual o IMPORTADOR adquirirá do INTERVENIENTE EXPORTADOR bens e serviços brasileiros a serem exportados do Brasil ("CONTRATO COMERCIAL");
- (B) a REPÚBLICA e o INTERVENIENTE EXPORTADOR solicitaram que as exportações brasileiras de bens e serviços, a serem utilizados na implantação do projeto de irrigação e canalização de rios Trasvase Daule-Vinces, fossem financiadas pelo BNDES;
- (C) o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações ("COFIG"), comitê interministerial brasileiro responsável, entre outras atribuições, pela aprovação do

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

Seguro de Crédito à Exportação emitido pela União Federal da República Federativa do Brasil, com lastro no Fundo de Garantia à Exportação - FGE, aprovou a emissão de Seguro de Crédito à Exportação para cobertura do crédito decorrente da colaboração financeira objeto do presente CONTRATO, com curso no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da Associação Latino-americana de Integração - ALADI ("CCR"), subscrito pelo Banco Central do Brasil e pelo Banco Central da República do Equador, dentre outras instituições;

(D)o BNDES, tendo em vista o interesse em financiar as exportações brasileiras, aprovou, sob certas condições, a concessão de colaboração financeira para o Projeto de irrigação e canalização de rios Trasvase Daule-Vinces, na República do Equador ("PROJETO"), a ser operacionalizada mediante o desconto de títulos de crédito representativos do pagamento a prazo das exportações de bens ("BENS") e serviços ("SERVIÇOS"), com curso no CCR;

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente CONTRATO, que se regerá pelas seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – NATUREZA, VALOR E FINALIDADE DO CONTRATO

1.1 - O presente CONTRATO tem por finalidade viabilizar as exportações de BENS e de SERVIÇOS, destinados à realização do PROJETO, mediante o desconto pelo BNDES dos títulos de crédito descritos na Cláusula Décima Quarta ("TÍTULOS DE CRÉDITO"), a serem emitidos para o pagamento a prazo das referidas exportações e endossados ao BNDES ("OPERAÇÕES DE DESCONTO"), considerando-se um valor de principal de até US\$ 136.970.406,68 (cento e trinta e seis milhões, novecentos e setenta mil, quatrocentos e seis dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e oito centavos), correspondentes a até 85% (oitenta e cinco por cento) do preço dos BENS e SERVIÇOS a serem exportados, no INCOTERM pactuado.

1.1.1 - Somente serão considerados elegíveis para refinanciamento os BENS e SERVIÇOS a serem utilizados para o PROJETO, objeto do CONTRATO COMERCIAL.

1.1.2 - Serão considerados elegíveis para financiamento da parcela referente aos BENS contemplados pela colaboração financeira objeto do presente CONTRATO, aqueles bens que apresentem índice de nacionalização de acordo com os critérios definidos pelo BNDES e, caso aplicável, sejam credenciados pela AOI/BNDES.

1.1.3 - É exigido o montante mínimo de US\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América) de BENS efetivamente exportados, sob pena de incidência de multa, observado o disposto nos itens 18.4 e 18.6 da Cláusula Décima Oitava deste CONTRATO.

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

1.2 - Os recursos decorrentes da colaboração financeira objeto do presente CONTRATO não poderão ser utilizados para finalidade diversa da estipulada nesta Cláusula, em especial para:

- (a) o pagamento de impostos, tarifas alfandegárias, contribuições, comissões e quaisquer outras taxas ou tributos devidos na República do Equador; e
- (b) gastos de qualquer natureza a serem realizados na República do Equador ou em terceiros países, que impliquem remessa de divisas do Brasil para o exterior.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE UTILIZAÇÃO E DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS

2.1 - O prazo de utilização dos recursos decorrentes da colaboração financeira objeto do presente CONTRATO é de até 33 (trinta e três) meses a contar do primeiro faturamento de bens e serviços ou do faturamento de antecipação de recursos, o que ocorrer primeiro, após o qual estará o BNDES desobrigado de efetuar qualquer liberação de recursos no âmbito deste CONTRATO.

2.2 - Os recursos serão liberados ao INTERVENIENTE EXPORTADOR, no Brasil, em moeda corrente nacional, parceladamente, mediante o desconto dos TÍTULOS DE CRÉDITO, observado o cumprimento das condições precedentes previstas na Cláusula Quarta.

2.2.1 – O valor a ser liberado pelo BNDES, apurado mediante a aplicação da TAXA DE DESCONTO mencionada no item 15.2 da Cláusula Décima Quinta aos TÍTULOS DE CRÉDITO, conforme fórmula apresentada no Anexo 1 da Circular n.º 176, de 12/09/2002, será convertido para a moeda corrente nacional pela taxa média de compra do dólar dos Estados Unidos da América, divulgada pelo SISBACEN (Transação PTAX-800, opção 5), correspondente ao dia útil imediatamente anterior à data de liberação e vigente para o dia da liberação.

2.2.2 - Os recursos serão liberados em dia útil na cidade do Rio de Janeiro, por intermédio de banco mandatário a ser indicado pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR e aprovado pelo BNDES ("BANCO MANDATÁRIO"), devendo o BANCO MANDATÁRIO transferir ao INTERVENIENTE EXPORTADOR os valores liberados pelo BNDES em razão das OPERAÇÕES DE DESCONTO até, no máximo, o primeiro dia útil seguinte à data de sua liberação pelo BNDES.

2.2.3 - O BNDES poderá desembolsar recursos, a título de adiantamento, no montante de até US\$ 41.091.122,00 (quarenta e um milhões, noventa e um mil, cento e vinte e dois dólares dos Estados Unidos da América), observado o disposto no item 4.3.1 da Cláusula Quarta e no item 18.5 da Cláusula Décima Oitava, ambos deste CONTRATO.

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

2.2.4 – No caso de não comprovação da exportação de BENS E SERVIÇOS no valor total de US\$ 136.970.406,68 (cento e trinta e seis milhões, novecentos e setenta mil, quatrocentos e seis dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e oito centavos), o INTERVENIENTE EXPORTADOR deverá pagar ao BNDES multa, observado o disposto nos itens 18.5 e 18.6 da Cláusula Décima Oitava.

2.3 - Poderá o BNDES, a seu exclusivo critério, mediante notificação por escrito à REPÚBLICA, cancelar a presente colaboração financeira, caso não sejam integralmente cumpridas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura do presente CONTRATO, as condições precedentes para a primeira liberação de recursos no âmbito das OPERAÇÕES DE DESCONTO, estipuladas no item 4.2 da Cláusula Quarta.

CLÁUSULA TERCEIRA - DECLARAÇÕES

3.1 - A REPÚBLICA declara, neste ato, que:

- (a) foram concedidas, de acordo com a legislação aplicável na República do Equador, todas as autorizações constitucionais, legais e regulamentares requeridas para a formalização deste CONTRATO, inclusive no que tange à sua validade, eficácia e exequibilidade, e para a representação da REPÚBLICA;
- (b) a assinatura deste CONTRATO e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não conflitam com, nem resultarão em violação de tratado, acordo, contrato ou outro instrumento de que a REPÚBLICA ou o IMPORTADOR seja parte; bem como de decisão judicial, de dispositivo constitucional, legal ou regulamentar na República do Equador; ou de qualquer obrigação de sua responsabilidade;
- (c) a legalidade, a validade, a eficácia, a exequibilidade e a admissibilidade como prova deste CONTRATO na República do Equador dispensam o seu arquivamento, tradução e o registro ou protocolo junto a qualquer órgão público, juizado ou autoridade da República do Equador, ou o pagamento de qualquer imposto de selo, taxa de registro, encargo ou tributo semelhante;
- (d) as obrigações assumidas neste CONTRATO e nos TÍTULOS DE CRÉDITO são constituídas como líquidas e certas e serão consideradas legais, válidas, eficazes e exigíveis, segundo a legislação da República do Equador;
- (e) serão cumpridos todos os procedimentos e concedidas todas as autorizações necessárias ao registro da dívida decorrente da colaboração financeira objeto deste CONTRATO e dos TÍTULOS DE CRÉDITO no CCR;
- (f) as obrigações de pagamento decorrentes da colaboração financeira objeto deste CONTRATO e dos TÍTULOS DE CRÉDITO estarão incluídas no orçamento anual da REPÚBLICA, até a total liquidação dos TÍTULOS DE CRÉDITO;

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

(g) não há exigência de dedução ou desconto na fonte de pagamentos a serem efetuados em favor do BNDES, em razão da colaboração financeira objeto deste CONTRATO e dos TÍTULOS DE CRÉDITO, bem como não há incidência de qualquer tributo de responsabilidade do BNDES sobre tais pagamentos, de acordo com a legislação em vigor na República do Equador;

(h) salvo quanto às obrigações que gozem de privilégio legal, as obrigações de pagamento decorrentes da colaboração financeira objeto deste CONTRATO e dos TÍTULOS DE CRÉDITO encontram-se em igualdade de condições com todas as outras obrigações de pagamento de responsabilidade da REPÚBLICA, não havendo preferência na liquidação de seus créditos, de acordo com a legislação em vigor na República do Equador;

(i) de acordo com a legislação em vigor na República do Equador, as eventuais demandas administrativas ou judiciais do BNDES decorrentes deste CONTRATO e dos TÍTULOS DE CRÉDITO estarão em nível de igualdade, no que tange a direito de pagamento, com as demandas de todos os demais credores da REPÚBLICA;

(j) a eleição da legislação brasileira como aplicável ao presente CONTRATO é válida, está em conformidade com a legislação da República do Equador e será reconhecida e aplicada pelos órgãos jurisdicionais da República do Equador;

(k) os laudos arbitrais proferidos por câmara arbitral serão reconhecidos e executados pelas cortes da República do Equador, sem reexame do mérito;

(l) não é necessário que o BNDES seja licenciado, habilitado ou de outra forma autorizado a exercer atividades comerciais na República do Equador, para fim de exercício de seus direitos ou para a celebração e o cumprimento deste CONTRATO, de acordo com a legislação vigente na República do Equador;

(m) o BNDES não é, nem será considerado domiciliado ou exercendo atividades na República do Equador em razão da celebração, do cumprimento ou da exigibilidade do presente CONTRATO;

(n) eventuais divergências ou demandas decorrentes do CONTRATO COMERCIAL ou outros instrumentos celebrados para a execução do PROJETO não dispensarão a REPÚBLICA do fiel cumprimento das obrigações assumidas neste CONTRATO e nos TÍTULOS DE CRÉDITO;

(o) inexiste qualquer inadimplemento em relação às obrigações de sua responsabilidade ou de qualquer de seus entes, em contratos ou instrumentos que consubstanciem endividamento externo;

(p) nenhum endividamento externo da REPÚBLICA está garantido por qualquer gravame sobre receitas ou ativos atuais ou futuros da REPÚBLICA;

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

(q) a lei e jurisdição acordadas neste CONTRATO não violam nem infringem a legislação da República do Equador e, em caso de controvérsias contratuais no âmbito do processo arbitral estabelecido neste CONTRATO, declara desde já que não impugnará nem desconhecerá a lei brasileira nem a arbitragem pactuadas pelas PARTES como aplicáveis a este CONTRATO, nem tampouco desconhecerá o laudo arbitral e sua execução em qualquer jurisdição;

(r) o PROJETO para o qual se destinam os BENS e SERVIÇOS financiados no âmbito deste CONTRATO irá observar todas as normas ambientais aplicáveis em vigor na República do Equador;

(s) todas as declarações prestadas neste CONTRATO são verdadeiras e completas e, após sua emissão, aplicar-se-ão, sem restrições, aos TÍTULOS DE CRÉDITO e que não tem conhecimento de quaisquer fatos ou circunstâncias relevantes que não tenham sido expressamente declarados neste instrumento e que, se conhecidos, poderiam afetar adversamente a decisão do BNDES quanto à concessão da colaboração financeira ou a capacidade da REPÚBLICA de cumprir as obrigações decorrentes deste CONTRATO e dos TÍTULOS DE CRÉDITO;

(t) o procedimento licitatório que determinou a escolha e a contratação da INTERVENIENTE EXPORTADOR pela IMPORTADOR seguiu as normas aplicáveis à República do Equador e, portanto, é legal e válido de acordo com as leis da República do Equador.

3.2 – A REPÚBLICA declara ainda, neste ato, em nome do IMPORTADOR, que:

(a) estão sendo cumpridas as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo PROJETO; e

(b) suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente na República do Equador, inclusive, mas não limitadamente, as previstas na licença ambiental aprovada pela Resolução nº 308/12 estão em situação regular.

3.3 – O INTERVENIENTE EXPORTADOR declara, neste ato, que:

(a) estão sendo cumpridas todas as obrigações ambientais de sua responsabilidade decorrentes do PROJETO, mantendo-se em situação regular junto aos órgãos do meio ambiente, conforme a legislação ambiental em vigor na República do Equador e aplicável ao PROJETO; e

(b) todas as declarações prestadas neste CONTRATO são verdadeiras e completas e, após sua emissão, aplicar-se-ão, sem restrições, aos TÍTULOS DE CRÉDITO e que não tem conhecimento de quaisquer fatos ou circunstâncias relevantes que não tenham sido expressamente declarados neste instrumento, e que, se conhecidos, poderiam afetar adversamente a decisão do BNDES quanto à concessão da colaboração financeira ou a

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

sua capacidade de cumprir as obrigações decorrentes deste CONTRATO e dos TÍTULOS DE CRÉDITO.

3.4 - As declarações acima estabelecidas nessa Cláusula Terceira são prestadas em caráter continuado, sendo que aquelas constantes do item 3.1 considerar-se-ão ratificadas a cada liberação de recursos, e as declarações constantes dos itens 3.2 e 3.3 considerar-se-ão ratificadas durante todo o prazo de financiamento, nos termos deste CONTRATO.

3.5 - Não obstante o disposto na alínea (g) do item 3.1 desta Cláusula, em caso de incidência de tributo, a REPÚBLICA estará sujeita ao cumprimento das obrigações referidas na Cláusula Décima.

3.6 – A REPÚBLICA e o INTERVENIENTE EXPORTADOR assumem, neste ato, a obrigação de informar imediatamente ao BNDES qualquer ocorrência que, de alguma forma, impacte nas declarações acima, sem prejuízo de o BNDES poder exercer seus direitos contidos na Cláusula Décima Primeira.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES PRECEDENTES À LIBERAÇÃO

4.1 - Para a liberação de recursos no âmbito das OPERAÇÕES DE DESCONTO, deverão ser cumpridas as condições estipuladas nesta Cláusula, de forma satisfatória para o BNDES.

4.2 - A primeira liberação de recursos está condicionada, além do cumprimento das condições estabelecidas nos itens 4.3 e 4.4 desta Cláusula e de outras exigidas pelas Normas Operacionais da Linha de Financiamento BNDES Exim Pós-Embarque, ao recebimento pelo BNDES dos documentos a seguir elencados:

(a) de documento que evidencie a contratação da instituição financeira que atuará como BANCO MANDATÁRIO de acordo com as Normas Operacionais da Linha de Financiamento BNDES Exim Pós-embarque;

(b) de comprovação do pagamento integral pela REPÚBLICA da Comissão de Administração ("COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO") mencionada na Cláusula Décima Nona;

(c) de comprovação do pagamento integral das DESPESAS mencionadas na Cláusula Sexta;

(d) de cópia do Registro de Operação de Crédito - RC, obtido pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR, observadas suas formalidades legais, evidenciando a autorização para a exportação dos BENS e SERVIÇOS e indicando as condições financeiras descritas neste CONTRATO;

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

(e) de cópia autenticada do contrato celebrado entre o INTERVENIENTE EXPORTADOR e a empresa de auditoria externa brasileira, cujo objeto seja a verificação e certificação da efetiva exportação de BENS e SERVIÇOS objeto da colaboração financeira no âmbito deste CONTRATO, nos termos do item 18.1 da Cláusula Décima Oitava;

(f) de documento revestido das formalidades legais aplicáveis, que evidencie a autorização para o(s) signatário(s) deste CONTRATO, dos TÍTULOS DE CRÉDITO e das Autorizações de Desconto ("AUTORIZAÇÕES DE DESCONTO"), os assinarem em nome da REPÚBLICA, bem como de documento que comprove a outorga de poderes aos signatários dos demais documentos decorrentes deste CONTRATO, observada a conformidade com o parecer legal mencionado na alínea (l) desta Cláusula;

(g) de cópia das "Condições Gerais e Particulares do Certificado de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação" relativo à operação objeto deste CONTRATO, bem como respectivos anexos, cobrindo riscos políticos e extraordinários, em conformidade com a Cláusula Décima Terceira, em termos satisfatórios para o BNDES;

(h) de original das "Condições Especiais do Certificado de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação" relativo à operação objeto deste CONTRATO, mediante o qual o INTERVENIENTE EXPORTADOR cede em favor do BNDES os direitos decorrentes do referido Certificado de Garantia, em termos satisfatórios para o BNDES;

(i) de uma via original deste CONTRATO, devidamente assinada pelas PARTES, com as firmas dos representantes do INTERVENIENTE EXPORTADOR devidamente reconhecidas;

(j) das autorizações governamentais exigidas pela legislação da República do Equador para a formalização deste CONTRATO e para o cumprimento, pela REPÚBLICA, das obrigações nele estipuladas;

(k) de documento comprobatório de que o valor da colaboração financeira objeto do presente CONTRATO está registrado como dívida pública da REPÚBLICA, em cumprimento à legislação em vigor na República do Equador; e

(l) de parecer jurídico emitido em termos satisfatórios para o BNDES, elaborado por consultor jurídico do órgão oficial equatoriano competente para se manifestar sobre as matérias, indicadas abaixo, que, entre outras informações julgadas necessárias pelo BNDES:

- (i) certifique a capacidade legal da REPÚBLICA para celebrar este CONTRATO;
- (ii) certifique que foram obtidas todas as autorizações legais e regulamentares exigidas para a celebração, legalidade, validade, eficácia e exequibilidade do presente CONTRATO e dos TÍTULOS

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

DE CRÉDITO, bem como para a representação da REPÚBLICA no presente CONTRATO e nos TÍTULOS DE CRÉDITO;

- (iii) ateste que foram obtidas todas as autorizações legais e regulamentares exigidas para o registro do valor da colaboração financeira objeto deste CONTRATO como dívida pública da República do Equador, de acordo com a legislação equatoriana;
- (iv) relacione todas as autorizações e/ou licenças exigidas pela legislação em vigor na República do Equador para a regularidade socioambiental do PROJETO, os respectivos órgãos competentes para sua expedição, e indique o momento ou estágio do PROJETO em que tais documentos se tornam obrigatórios;
- (v) certifique que foram obtidas todas as autorizações referidas no subitem (iv) acima, necessárias para o atual estágio do PROJETO;
- (vi) certifique que a licença ambiental aprovada pela Resolução nº 308, de 05/03/2012, emitida pelo Ministério do Meio Ambiente, está em conformidade com a legislação ambiental equatoriana;
- (vii) certifique que as obrigações assumidas pela REPÚBLICA no presente CONTRATO, especialmente quanto à eleição de arbitragem como meio de solução de controvérsias, à aplicação das normas procedimentais da CCI – Câmara de Comércio Internacional no procedimento arbitral e à adoção da legislação brasileira como lei aplicável foram devidamente autorizadas pela autoridade equatoriana competente e são legais, válidas, eficazes, exigíveis e exequíveis, não violando a Constituição tampouco qualquer lei ou regulamento em vigor na República do Equador;
- (viii) informe os procedimentos e requisitos necessários para a execução de sentenças judiciais e/ou laudos arbitrais estrangeiros perante o Poder Judiciário da República do Equador; e
- (ix) certifique que o procedimento licitatório realizado para o PROJETO e para o qual foi contratado o INTERVENIENTE EXPORTADOR está de acordo com a legislação equatoriana, especialmente quanto à possibilidade de restringir-se apenas a licitantes de um país e a determinadas empresas brasileiras.

(m) Orden de Proceder a ser emitida no âmbito do CONTRATO COMERCIAL, que certifique que foram cumpridas todas as condições para o início dos trabalhos;

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

(n) de modelo de Quadro de Avanço Físico e de Avanço Financeiro, a ser elaborado pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR, considerados os parâmetros constantes no Anexo III, em termos satisfatórios ao BNDES, que poderá manifestar sua anuência, inclusive, por meio eletrônico de comunicação;

(o) apresentação, pela Interveniente Exportadora/Beneficiária, de Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET a ser extraída pelo Interveniente Exportador no endereço www.receita.fazenda.gov.br; e

(p) de comprovação pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR, mediante cópia do contrato de câmbio, do ingresso efetivo no Brasil do montante correspondente à parcela não financiada de, no mínimo, 15% (quinze por cento) do valor das exportações de BENS e SERVIÇOS nos termos do CONTRATO COMERCIAL.

4.3 - Constitui condição para todas as liberações de recursos, inclusive a primeira, o recebimento pelo BNDES:

(a) da AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO, na forma do Anexo I, numerada em ordem sequencial única, emitida em favor do INTERVENIENTE EXPORTADOR, juntamente com os documentos requeridos pelo CONTRATO COMERCIAL;

(b) de relação dos Registros de Exportação - RE dos BENS financiados, elaborada pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR, mencionando o número da fatura correspondente, no caso dos desembolsos relativos às exportações de BENS;

(c) de original da fatura comercial de exportação de BENS e SERVIÇOS, contendo os requisitos estabelecidos no Anexo IV, emitida pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR, indicada nos correspondentes TÍTULOS DE CRÉDITO e AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO, devidamente aprovada e com a expressão "De Acordo" apostila pelo IMPORTADOR na fatura, bem como, no caso dos desembolsos relativos às exportações de BENS, do respectivo conhecimento de embarque, evidenciando o valor dos BENS exportados;

(d) de relatório de acompanhamento das exportações dos BENS e SERVIÇOS referente ao último PERÍODO DE ABRANGÊNCIA, nos termos do item 18.1 da Cláusula Décima Oitava;

(e) de Quadro de Avanço Físico e de Avanço Financeiro do PROJETO, conforme previsto no item 18.2 da Cláusula Décima Oitava;

(f) de relatório de avanço físico e avanço financeiro do PROJETO relativo ao último PERÍODO DE ABRANGÊNCIA, observado o disposto no item 18.3 da Cláusula Décima Oitava;

(g) de cópia dos Registros de Exportação - RE, devidamente averbados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, obtida pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR,

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

referentes ao embarque dos BENS, em que fique evidenciada a autorização para a sua exportação, vinculados ao Registro de Operação de Crédito – RC, mencionado no item 4.2 da Cláusula Quarta;

(h) caso haja quaisquer alterações com relação ao Registro de Operação de Crédito - RC mencionado no item 4.2 da Cláusula Quarta, de cópia do Registro de Operação de Crédito - RC, a ser obtido pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR, observadas suas formalidades legais e as condições financeiras descritas neste CONTRATO;

(i) de relação detalhada dos BENS exportados, com seus respectivos índices de nacionalização, fabricantes e/ou fornecedores no Brasil, observada, caso aplicável, a necessidade de credenciamento dos mesmos pela AOI/BNDES, conforme item 1.1.2 da Cláusula Primeira;

(j) dos TÍTULOS DE CRÉDITO de principal e juros mencionados na Cláusula Décima Quarta, na forma do Anexo II deste CONTRATO, devidamente cursados no CCR e endossados em favor do BNDES;

(k) do comprovante do pagamento do prêmio do Seguro de Crédito à Exportação, conforme referido no item 13.2 da Cláusula Décima Terceira;

(l) de comprovação, pela REPÚBLICA, da existência de dotação orçamentária para o PROJETO, para cada ano do período de sua execução, a ser apresentada ao BNDES anualmente;

(m) de comprovação do pagamento das DESPESAS mencionadas na Cláusula Sexta, eventualmente incorridas após o pagamento exigido como condição para a primeira liberação;

(n) caso haja quaisquer alterações com relação aos signatários dos documentos mencionados na alínea (f) do item 4.2 desta Cláusula, da comprovação de outorga de poderes aos novos signatários;

(o) comprovação do pagamento da(s) parcela(s) do ENCARGO POR COMPROMISSO devida(s) anteriormente à data do desembolso a ser efetuado, na forma da Cláusula Vigésima; e

(p) dos demais documentos exigidos pelas Normas Operacionais da Linha de Financiamento BNDES Exim Pós-embarque e pela legislação brasileira aplicável, além de outros documentos julgados necessários pelo BNDES.

4.3.1 Os desembolsos a serem realizados após o adiantamento terão dedução de percentual correspondente à proporção entre o valor do adiantamento e o valor total do crédito, aplicado sobre o valor da fatura apresentada para o correspondente desembolso,

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

em conformidade com o item 4.3, alínea "c" desta Cláusula, até que haja a dedução total do adiantamento.

4.4 - Além das condições elencadas nos itens 4.2 e 4.3, as liberações do BNDES ao INTERVENIENTE EXPORTADOR estão condicionadas à:

- (a) inexistência de quaisquer dos EVENTOS DE INADIMPLEMENTO definidos na Cláusula Décima Primeira deste CONTRATO;
- (b) inexistência de inadimplemento de qualquer natureza da REPÚBLICA, do IMPORTADOR ou do INTERVENIENTE EXPORTADOR ou de qualquer empresa pertencente ao seu Grupo Econômico, perante o Sistema BNDES, composto pelo BNDES e suas subsidiárias Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e BNDES Limited (“Sistema BNDES”);
- (c) inexistência de qualquer fato que, a critério do BNDES e de acordo com suas normas internas, venha a alterar a situação econômico-financeira da REPÚBLICA que possa comprometer o cumprimento das obrigações assumidas pela REPÚBLICA, nos termos deste CONTRATO e dos TÍTULOS DE CRÉDITO. O BNDES informará previamente à REPÚBLICA sobre a decisão tomada com base nesta alínea;
- (d) inexistência de qualquer fato que, a critério do BNDES, venha alterar a situação econômico-financeira do INTERVENIENTE EXPORTADOR ou de qualquer empresa integrante do Grupo Econômico a que este pertença, e que possa afetar o cumprimento das obrigações assumidas neste CONTRATO;
- (e) inexistência de impedimento ao apoio oficial brasileiro às exportações abrangidas pela presente colaboração financeira, em cumprimento aos compromissos assumidos pelo Brasil como parte da Convenção Sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, ratificada em 15 de junho de 2000, e promulgada pelo Decreto nº 3678, de 30 de novembro de 2000;
- (f) inexistência de impedimento à liberação de recursos ao INTERVENIENTE EXPORTADOR, de natureza legal ou judicial, segundo o ordenamento jurídico brasileiro.
- (g) inexistência das vedações estabelecidas na Constituição Federal, artigo 54, incisos I e II;
- (h) inexistência de inadimplemento relativo ao CONTRATO COMERCIAL;
- (i) inexistência de qualquer fato que tenha afetado o direito do BNDES de receber a indenização relativa ao Seguro de Crédito à Exportação, mencionado na Cláusula Décima Terceira, imputável à REPÚBLICA ou ao INTERVENIENTE EXPORTADOR; e

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

(j) verificação de que a Certidão Negativa de Débito – CND ou a Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa – CPD-EN, mencionada na letra "o", do item nº 4.2, está válida até a data de transferência de recursos para o Interveniente Exportador.

4.5 - Os documentos mencionados nesta Cláusula Quarta cujos signatários não sejam residentes e domiciliados na República Federativa do Brasil deverão ter suas firmas reconhecidas por notário público local no país onde tenham sido emitidos e ser legalizados pela Autoridade Consular brasileira competente.

CLÁUSULA QUINTA – JUROS APlicáveis AO PAGAMENTO DAS EXPORTAÇÕES

5.1 - Os juros deverão ser pagos pela REPÚBLICA em até 20 (vinte) parcelas semestrais e consecutivas, vencendo-se a primeira prestação no 6º (sexto) mês a contar da data do primeiro faturamento de bens e serviços ou do faturamento de antecipação de recursos, o que ocorrer primeiro, devendo a primeira parcela de juros referente a cada jogo de TÍTULOS DE CRÉDITO ser calculada *pro rata die* considerado o período entre a data de emissão da fatura de BENS e SERVIÇOS ou da fatura de adiantamento de recursos a que correspondam os TÍTULOS DE CRÉDITO e o vencimento semestral subsequente.

5.1.1. Em função do prazo mínimo necessário para registro no CCR dos TÍTULOS DE CRÉDITO emitidos pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR e aceitos pela REPÚBLICA, a primeira parcela de juros terá seu vencimento deslocado para a data de vencimento subsequente, sempre que a data do faturamento de bens e serviços ocorrer em até 30 (trinta) dias anteriores a um vencimento semestral.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS

6.1 - Todas as despesas incorridas na negociação, preparação, contratação e registros dos documentos necessários à formalização do financiamento, bem como as decorrentes de eventuais renegociações e aditivos ("DESPESAS"), deverão ser pagas diretamente pela REPÚBLICA. Caso tais DESPESAS sejam, excepcionalmente, pagas pelo BNDES, deverão ser reembolsadas pela REPÚBLICA ou pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR, conforme o caso, no prazo estipulado no Aviso de Cobrança correspondente, observada a Cláusula Oitava, ou, se aplicável, até a data do desembolso subsequente à emissão do referido Aviso, o que primeiro ocorrer.

CLÁUSULA SÉTIMA - AMORTIZAÇÃO

7.1 - O principal decorrente do pagamento das exportações de BENS e SERVIÇOS será amortizado em dólares dos Estados Unidos da América, em 15 (quinze) parcelas semestrais e consecutivas, vencendo-se a primeira no 36º (trigésimo sexto) mês a contar

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

do primeiro faturamento de bens e serviços ou do faturamento de antecipação de recursos, o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA OITAVA – PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA

8.1 - A cobrança dos valores de principal e juros dos TÍTULOS DE CRÉDITO será feita mediante solicitação de reembolso pelo BANCO MANDATÁRIO ao Banco Central do Brasil, no âmbito do CCR, nas datas de seus respectivos vencimentos, segundo os códigos de reembolso que constam dos TÍTULOS DE CRÉDITO.

8.2 - O BNDES poderá cobrar diretamente da REPÚBLICA, entre outros, o pagamento dos valores devidos a título de DESPESAS, eventuais juros de mora e demais encargos. Nesta hipótese, a cobrança será feita mediante Aviso de Cobrança expedido pelo BNDES ou pelo BANCO MANDATÁRIO, com antecedência, para a REPÚBLICA liquidar as correspondentes obrigações nas datas de seus vencimentos, de acordo com as instruções nele constantes.

8.3 - Todos e quaisquer pagamentos devidos pela REPÚBLICA ao BNDES em decorrência deste CONTRATO, que não tiverem curso no CCR, deverão ser efetuados em dólares dos Estados Unidos da América, mediante o depósito de fundos imediatamente disponíveis, em favor do BNDES, em conta corrente do BANCO MANDATÁRIO, a ser informada pelo BNDES à REPÚBLICA, observado o seguinte:

8.3.1 - Os depósitos deverão ser efetuados até às 10:00 horas do dia dos respectivos vencimentos, considerado o horário de Nova Iorque.

8.3.2 - O BNDES poderá, durante a vigência deste CONTRATO, indicar outra forma e local de pagamento, desde que comunique por escrito à REPÚBLICA tal decisão com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

8.4 - O não-recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a REPÚBLICA da obrigação de pagar os valores devidos ao BNDES nas datas dos respectivos vencimentos, de acordo com este CONTRATO.

CLÁUSULA NONA - VENCIMENTO EM DIAS FERIADOS

9.1 - Os pagamentos de que tratam os itens 8.2 e 8.3 da Cláusula Oitava decorrentes deste CONTRATO cujos vencimentos ocorram em sábados, domingos ou feriados serão, para todos os fins e efeitos deste CONTRATO, deslocados para o primeiro dia útil subsequente em Nova Iorque.

CLÁUSULA DÉCIMA - TRIBUTOS

10.1 - Sem prejuízo do disposto na alínea (g) do item 3.1 da Cláusula Terceira, todos e quaisquer impostos, taxas, contribuições e demais tributos, tarifas, deduções, comissões ou encargos similares, presentes ou futuros, que incidirem sobre a assinatura, a emissão

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

ou o cumprimento das obrigações no âmbito deste CONTRATO ou dos TÍTULOS DE CRÉDITO, dentre as quais os pagamentos de quaisquer valores no âmbito dos referidos documentos, serão de responsabilidade exclusiva da REPÚBLICA.

10.2 - Obriga-se a REPÚBLICA, na hipótese de incidência de eventuais impostos, taxas, contribuições e demais tributos, tarifas, deduções, comissões ou encargos similares sobre a assinatura, a emissão ou o cumprimento das obrigações no âmbito deste CONTRATO ou dos TÍTULOS DE CRÉDITO, dentre as quais quaisquer valores devidos ao BNDES em decorrência dos referidos documentos, a acrescer aos pagamentos a serem efetuados, no caso de incidência de tributos sobre os pagamentos, o montante necessário à recomposição dos valores originalmente devidos, de forma que o BNDES receba tais valores como se as retenções ou deduções não tivessem sido impostas ou a efetuar o recolhimento do tributo devido, no caso de tributos que não incidam sobre pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INADIMPLEMENTO

11.1 - Caracterizam-se como eventos de inadimplemento (cada um, "EVENTO DE INADIMPLEMENTO"):

- (a) o não pagamento dos TÍTULOS DE CRÉDITO nas compensações quadrimestrais no âmbito do CCR;
- (b) o descumprimento, pela REPÚBLICA, de qualquer obrigação financeira decorrente deste CONTRATO ou dos TÍTULOS DE CRÉDITO;
- (c) o descumprimento de qualquer obrigação não-financeira assumida pela REPÚBLICA neste CONTRATO;
- (d) o descumprimento, pela REPÚBLICA, de qualquer obrigação financeira ou não-financeira decorrente de qualquer outro contrato celebrado pela REPÚBLICA com o BNDES ou outra empresa do Sistema BNDES, ou de títulos de crédito emitidos pela REPÚBLICA e descontados pelo BNDES ou outra empresa do Sistema BNDES;
- (e) as alterações nos termos e condições do CONTRATO COMERCIAL, sem a prévia e expressa anuênciam do BNDES, que possam afetar, a critério do BNDES, a finalidade do presente CONTRATO e a capacidade de cumprimento pela REPÚBLICA das obrigações decorrentes deste CONTRATO ou o pagamento dos TÍTULOS DE CRÉDITO;
- (f) a extinção, por qualquer de suas formas ou, o cancelamento, por qualquer razão, do CONTRATO COMERCIAL;
- (g) o cancelamento, revogação ou suspensão de qualquer autorização governamental, referente a este CONTRATO ou aos TÍTULOS DE CRÉDITO, de forma que, a critério do BNDES, possa afetar a capacidade de cumprimento pela REPÚBLICA

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

das obrigações decorrentes deste CONTRATO ou o pagamento dos TÍTULOS DE CRÉDITO;

- (h) a comprovação de que qualquer declaração ou informação prestada pela REPÚBLICA ou pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR, para os fins e efeitos deste CONTRATO ou dos TÍTULOS DE CRÉDITO, ou para a emissão de qualquer documento relativo a este CONTRATO ou aos TÍTULOS DE CRÉDITO, seja falsa, incompleta ou incorreta;
- (i) a proposição pela REPÚBLICA ou a comprovação de que esta tenha iniciado negociações ou tomado qualquer outra medida no sentido de postergar, reescalonar ou de alguma forma reestruturar toda ou qualquer parte de sua dívida, ou proposto ou feito acordo, transferência, arranjo ou composição, com ou em benefício de seus respectivos credores, que interfira, a critério do BNDES, substancialmente, na sua capacidade de cumprir com as obrigações decorrentes deste CONTRATO ou dos TÍTULOS DE CRÉDITO;
- (j) a tomada de qualquer medida que afete material e adversamente, a critério do BNDES, a capacidade de cumprimento pela REPÚBLICA das obrigações assumidas no âmbito deste CONTRATO ou o pagamento dos TÍTULOS DE CRÉDITO; ou
- (k) a declaração de moratória total ou parcial em relação à dívida externa de responsabilidade da República do Equador, ou de qualquer de seus entes.

11.2 - Não obstante as demais penalidades previstas neste CONTRATO, o BNDES suspenderá, a qualquer tempo, a liberação de recursos decorrente deste CONTRATO, diante da superveniência de quaisquer dos EVENTOS DE INADIMPLEMENTO previstos no item 11.1 desta Cláusula, nos termos da alínea (a) do item 4.4 da Cláusula Quarta.

11.3 - Na hipótese prevista na alínea (b) do item 11.1 desta Cláusula, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste CONTRATO, ficará a REPÚBLICA obrigada a pagar ao BNDES (i) em relação às obrigações financeiras que eventualmente não sejam pagas no âmbito do CCR, juros de mora correspondente ao acréscimo de 2% a.a. (dois por cento ao ano), sobre a taxa de desconto estipulada na Cláusula Décima Quinta deste CONTRATO, incidente sobre o valor inadimplido, calculado *pro rata die*, a partir da data do respectivo vencimento até a data de seu efetivo pagamento; e (ii) em relação às obrigações financeiras pagas no âmbito do CCR, os juros de mora estipulados no referido convênio.

11.4 - Na ocorrência de quaisquer dos EVENTOS DE INADIMPLEMENTO estipulados nas letras (c), (e), (g) e (j) do item 11.1 desta Cláusula, a REPÚBLICA terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, na cidade do Rio de Janeiro, contados da data em que ocorreu o EVENTO DE INADIMPLEMENTO, para repará-lo, sem prejuízo da suspensão da liberação de recursos pelo BNDES, conforme disposto no item 11.2 desta Cláusula.

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

11.5 - Na ocorrência do EVENTO DE INADIMPLEMENTO estipulado na alínea (d) do item 11.1 desta Cláusula, a REPÚBLICA terá o prazo estipulado no respectivo contrato, para repará-lo, sem prejuízo da suspensão da liberação de recursos pelo BNDES, conforme disposto no item 11.2 desta Cláusula.

11.6 - Na ocorrência de qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO, o BNDES aplicará as penalidades cabíveis, independentemente de demanda, protesto ou outra forma de notificação, observadas as demais disposições desta Cláusula.

11.7 - As despesas administrativas eventualmente decorrentes dos EVENTOS DE INADIMPLEMENTO serão pagas ao BNDES pela REPÚBLICA ou pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR, conforme o caso, de acordo com Aviso de Cobrança expedido pelo BNDES.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MULTA DE AJUIZAMENTO

12.1 - Na hipótese de cobrança judicial da dívida, a REPÚBLICA pagará ao BNDES multa de 10% (dez por cento) sobre o principal e encargos da dívida, além de despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios, devidos a partir da data de propositura da medida judicial de cobrança.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SEGURO

13.1 - O pagamento dos valores de principal e juros consubstanciados nos TÍTULOS DE CRÉDITO será garantido por Seguro de Crédito à Exportação, com lastro no Fundo de Garantia à Exportação - FGE, para instrumentos cursados no CCR, nos termos de Certificado de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação, a ser emitido pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN/MF) em nome do Governo Federal (UNIÃO) da República Federativa do Brasil, em termos satisfatórios para o BNDES, com cobertura de 100% dos riscos políticos e extraordinários.

13.2 - A taxa de prêmio do Seguro de Crédito à Exportação, definida pelo COFIG em sua 101ª Reunião Ordinária de 30/01/2013, é de [INFORMAÇÃO SIGILOSA] valor de principal mencionado no item 1.1 da Cláusula Primeira.

13.3 - O prêmio do seguro referido no item 13.2 desta Cláusula será pago pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR diretamente à instituição responsável por seu recebimento, por ocasião de cada liberação de recursos no âmbito deste CONTRATO. O INTERVENIENTE EXPORTADOR poderá solicitar reembolso desse pagamento pela REPÚBLICA, no caso de tais valores não constarem no orçamento das exportações brasileiras financiadas, hipótese em que os montantes referentes ao pagamento do prêmio de seguro não serão admitidos para comprovação de exportação de SERVIÇOS.

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - TÍTULOS DE CRÉDITO

14.1 - Para o pagamento das exportações dos BENS e SERVIÇOS deverão ser emitidas pela REPÚBLICA, em favor do INTERVENIENTE EXPORTADOR, um jogo de notas promissórias representativas de principal e juros, observados os critérios abaixo:

14.1.1 - As notas promissórias representativas do principal deverão ter vencimento semestral, observado o termo inicial definido na Cláusula Sétima, e ser emitidas em número correspondente ao total de parcelas de amortização estabelecido na referida Cláusula Sétima.

14.1.2 - As notas promissórias representativas dos juros deverão ter seus valores e datas de vencimento definidos considerando-se a TAXA DE DESCONTO, a forma de cálculo e o termo inicial estabelecidos respectivamente nas Cláusulas Décima Quarta e Quinta, observado que o primeiro vencimento de juros de cada jogo de notas promissórias poderá ser inferior a 180 (cento e oitenta) dias e que o cálculo dessa primeira parcela considerará os juros decorridos a partir da data a contar do primeiro faturamento de bens e serviços ou do faturamento de antecipação de recursos, o que ocorrer primeiro, em conformidade com o item 5.1 da Cláusula Quinta.

14.2 - As notas promissórias a serem objeto do desconto previsto na Cláusula Décima Quinta deverão estar devidamente endossadas ao BNDES, contendo as formalidades determinadas no item 14.3 e no Anexo II.

14.3 - As notas promissórias a serem apresentadas ao BNDES para desconto deverão conter todas as formalidades exigidas para curso e reembolso no âmbito do CCR, incluindo o respectivo registro junto aos Bancos Centrais da República do Equador e do Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DESCONTO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO

15.1 - O BNDES realizará o desconto dos TÍTULOS DE CRÉDITO emitidos e endossados na forma da Cláusula Décima Quarta, conforme dispõem as Normas da Linha de Financiamento BNDES Exim Pós-embarque, apurando-se o valor a ser liberado ao INTERVENIENTE EXPORTADOR mediante a aplicação da TAXA DE DESCONTO especificada no item 15.2 dessa Cláusula.

15.2 - A Taxa de Desconto ("TAXA DE DESCONTO") a ser aplicada sobre o valor dos TÍTULOS DE CRÉDITO será a taxa de juros para empréstimos ou financiamentos interbancários de Londres (LIBOR) para períodos de 60 (sessenta) meses, disponível na página eletrônica do BNDES, válida para a data de assinatura deste CONTRATO, acrescida de 2,50% a.a. (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano), a título de spread, permanecendo fixa durante todo o prazo do financiamento, considerado, para a base de cálculo, o ano de 360 (trezentos e sessenta) dias.

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

15.2.1 - A taxa de juros a ser cobrada do IMPORTADOR pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR para fins de emissão dos TÍTULOS DE CRÉDITO deverá ser igual à TAXA DE DESCONTO.

15.2.2 - A data de início da apuração dos juros para fins de emissão dos TÍTULOS DE CRÉDITO será a data do primeiro faturamento de bens e serviços ou do faturamento de antecipação de recursos, devendo a primeira parcela de juros referente a cada jogo de TÍTULOS DE CRÉDITO ser calculada *pro rata tempore* considerado o período entre a data de emissão da fatura de BENS e SERVIÇOS ou da antecipação de recursos a que correspondam os TÍTULOS DE CRÉDITO, e o vencimento semestral subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PAGAMENTO ANTECIPADO

16.1 - É facultado à REPÚBLICA solicitar o pagamento antecipado parcial ou total da colaboração financeira decorrente deste CONTRATO ou dos TÍTULOS DE CRÉDITO, desde que notifique, por escrito, o BNDES, com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data prevista para o pagamento pretendido, permanecendo tal solicitação sujeita à prévia aprovação, por escrito, do BNDES.

16.2 - A REPÚBLICA deverá pagar ao BNDES os custos administrativos relacionados ao processamento e cobrança de quaisquer pagamentos antecipados autorizados na forma do item 16.1 acima.

16.3 - Em caso de pagamento antecipado parcial da colaboração financeira decorrente deste CONTRATO, dos TÍTULOS DE CRÉDITO e/ou dos custos administrativos mencionados no item 16.2 acima, os valores pagos antecipadamente serão imputados proporcionalmente às prestações vincendas de principal, mantidas as respectivas datas de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA REPÚBLICA

17.1 - A REPÚBLICA compromete-se a não solicitar, em momento algum, o reescalonamento das obrigações assumidas com o BNDES.

17.2 - A REPÚBLICA obriga-se a incluir, em seu orçamento anual, suas obrigações de pagamento decorrentes da colaboração financeira objeto deste CONTRATO e consubstanciadas nos TÍTULOS DE CRÉDITO, até que tenham sido integralmente liquidadas.

17.3 - A REPÚBLICA compromete-se a apresentar ao BNDES, caso este requeira, documentos que comprovem o cumprimento das exigências ambientais contidas na licença ambiental e/ou em outros documentos do PROJETO, nos termos da legislação equatoriana.

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

17.4 - A REPÚBLICA compromete-se a providenciar, previamente a cada desconto dos títulos de crédito, que o IMPORTADOR examine e, estando conforme, manifeste o "de acordo" nos seguintes documentos referentes ao desembolso pretendido:

- (a) o quadro de avanço físico e de avanço financeiro;
- (b) a fatura comercial; e
- (c) o relatório de avanço físico e de avanço financeiro.

17.5 - A REPÚBLICA compromete-se a providenciar que o IMPORTADOR assegure ao BNDES, ou a quem este indique por escrito, na medida em que o BNDES considerar necessário, livre acesso ao local do PROJETO e à documentação relativa à sua execução, facilitando-lhe a realização de inspeções técnicas, administrativas e financeiras, em horários de funcionamento normal e mediante prévia comunicação escrita.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO INTERVENIENTE EXPORTADOR

18.1 - O INTERVENIENTE EXPORTADOR obriga-se a apresentar, durante todo o prazo de utilização dos recursos decorrentes da colaboração financeira objeto do presente CONTRATO, relatório de acompanhamento das exportações ("RELATÓRIO"), elaborado de forma satisfatória para o BNDES, com descrição circunstanciada dos BENS e SERVIÇOS vinculados ao PROJETO, observado o seguinte:

- (a) cada RELATÓRIO deverá abranger as exportações ocorridas a cada semestre a partir do mês do primeiro faturamento de BENS e SERVIÇOS ou do faturamento da antecipação de recursos, o que ocorrer primeiro ("PERÍODO DE ABRANGÊNCIA");
- (b) os RELATÓRIOS deverão ser entregues ao BNDES até o último dia útil do segundo mês seguinte ao final de cada semestre, correspondente ao encerramento do PERÍODO DE ABRANGÊNCIA dos RELATÓRIOS, referido na alínea (a) acima;
- (c) os RELATÓRIOS deverão ser auditados por empresa de auditoria externa brasileira contratada pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR, às suas expensas, e previamente aprovada pelo BNDES.

18.2 - Obriga-se o INTERVENIENTE EXPORTADOR a elaborar e entregar ao BNDES, previamente a cada liberação de recursos, Quadro de Avanço Físico e de Avanço Financeiro do PROJETO na forma do Anexo III, com a expressão "DE ACORDO" apostada pelo IMPORTADOR, indicando os SERVIÇOS prestados, os percentuais de avanço físico e de avanço financeiro do PROJETO e valores correspondentes, e o número da respectiva fatura comercial, a fim de que os eventos relacionados possam ser claramente identificados.

18.3 - Obriga-se o INTERVENIENTE EXPORTADOR a apresentar ao BNDES relatório de avanço físico e de avanço financeiro do PROJETO emitido pelo INTERVENIENTE

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

EXPORTADOR, com a expressão "De Acordo" aposta pelo Importador, nas mesmas datas de apresentação do RELATÓRIO mencionado no item 18.1 acima. O Relatório de Avanço Físico e de Avanço Financeiro deverá conter, dentre outras informações, a descrição do PROJETO, o cronograma de avanço físico e financeiro, relação da mão-de-obra alocada ao PROJETO e acompanhamento fotográfico.

18.4 – O INTERVENIENTE EXPORTADOR deverá comprovar ao BNDES, mediante a apresentação de RE devidamente averbados e vinculados ao RC da operação e aos correspondentes conhecimentos de embarque, até o término do prazo de utilização estabelecido na Cláusula Segunda, a efetiva exportação de BENS no valor mínimo de US\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

18.4.1 – Para fins de comprovação da exportação do mínimo de BENS previsto no item 18.4 acima, deverão ser apresentados Registros de Exportação, dentre os quais deverá constar a NCM 7308 (obras de ferro fundido, ferro ou aço – construções e suas partes).

18.5 – O INTERVENIENTE EXPORTADOR deverá comprovar ao BNDES, mediante a apresentação de RE devidamente averbados e vinculados ao RC da operação e aos correspondentes conhecimentos de embarque, ou da correspondente fatura de SERVIÇOS devidamente aceita, até o término do prazo de utilização estabelecido na Cláusula Segunda, a efetiva exportação de BENS e SERVIÇOS, no valor do CRÉDITO.

18.6 – No caso de não comprovação do exigido nos itens 18.4 e 18.5 acima, o INTERVENIENTE EXPORTADOR deverá, segundo instruções do Aviso de Cobrança, a ser emitido pelo BANCO MANDATÁRIO ou diretamente pelo BNDES, pagar ao BNDES multa equivalente a:

- (a) no caso do item 18.4 desta Cláusula, 10% (dez por cento) calculada sobre a diferença entre o valor mínimo dos BENS estabelecido no item 18.4 desta Cláusula e o valor dos BENS efetivamente exportados;
- (b) no caso do item 18.5 desta Cláusula, 10% (dez por cento) sobre valor da diferença entre o montante do CRÉDITO e o valor dos BENS e SERVIÇOS efetivamente exportados.

18.6.1. - Na hipótese de descumprimento simultâneo das obrigações descritas no item 18.6, com a consequente incidência das respectivas multas, o Interveniente Exportador deverá pagar ao BNDES apenas a multa de maior valor.

18.6.2. - No caso de atraso no pagamento de quaisquer das penalidades previstas no item 18.6, o Interveniente Exportador deverá pagar os juros moratórios previstos

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

no item 11.3 da Cláusula Décima Primeira, aplicável ao montante devido e não pago, calculados desde a data do vencimento indicado no respectivo aviso de cobrança até a data de seu efetivo pagamento, dia a dia, de acordo com o sistema proporcional.

18.7 - O INTERVENIENTE EXPORTADOR obriga-se a comunicar ao BNDES e à REPÚBLICA as hipóteses de extinção ou cancelamento, bem como toda e qualquer alteração ou situação de inadimplência ocorrida no CONTRATO COMERCIAL.

18.8 - O INTERVENIENTE EXPORTADOR obriga-se a pagar a comissão eventualmente devida ao BANCO MANDATÁRIO.

18.9 - O INTERVENIENTE EXPORTADOR obriga-se, ainda, a comunicar ao BNDES qualquer fato superveniente à "Declaração de Compromisso do Exportador (Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais)", prevista na Resolução CAMEX n.º 62, de 17/08/2010, que venha ou possa vir a alterar a situação nela declarada, em cumprimento à alínea (e) do item 4.4 da Cláusula Quarta.

18.10 - O INTERVENIENTE EXPORTADOR obriga-se a comunicar ao BNDES qualquer fato que represente um impedimento à liberação de recursos em cumprimento às alíneas (f) e (g) do item 4.4 da Cláusula Quarta.

18.11. O não-cumprimento pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR das obrigações pactuadas desta Cláusula Décima Oitava acarretará a suspensão, pelo BNDES, das liberações de recursos previstas no âmbito deste CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO

19.1 - A REPÚBLICA pagará ao BNDES, a título de COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, o montante equivalente a 1,0% (um por cento) flat sobre o valor total de principal mencionado na Cláusula Primeira, em parcela única, até a data da primeira liberação de recursos, no âmbito deste CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ENCARGO POR COMPROMISSO

20.1 - A REPÚBLICA pagará semestralmente ao BNDES, a título de Encargo por Compromisso ("ENCARGO POR COMPROMISSO"), o montante correspondente a 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) calculado *pro rata tempore* sobre o saldo não utilizado do valor total de principal referido no item 1.1, da Cláusula Primeira, a partir da data de assinatura deste CONTRATO.

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ARBITRAGEM

21.1 - As PARTES acordam, de forma livre e voluntária, que todas as disputas ou controvérsias derivadas deste CONTRATO serão resolvidas definitivamente mediante arbitragem internacional em direito, de acordo com o Regulamento da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional ("CCI"), a qual as PARTES se submetem, vigente na data deste CONTRATO, por um tribunal composto por três árbitros designados em conformidade com o referido Regulamento.

21.2 - Os árbitros deverão ter experiência como árbitro em pelo menos três arbitragens.

21.3 - A sede da arbitragem será a cidade do Rio de Janeiro e o idioma será o português.

21.4 - O laudo arbitral será final, definitivo, irrecorrível e de execução imediata.

21.5 - As PARTES renunciam irrevogavelmente à utilização do procedimento de Árbitro de Emergência estabelecido no artigo 29 e nas Regras sobre Árbitro de Emergência do Regulamento da CCI.

21.6 - As PARTES declararam que os direitos e obrigações assumidos no presente CONTRATO, e em especial nesta Cláusula Vigésima Primeira, são válidos e exigíveis, e que se submetem de forma livre e voluntária às leis da República Federativa do Brasil.

21.7 - Os árbitros decidirão sobre as custas da arbitragem e sua distribuição entre as PARTES.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CORRESPONDÊNCIAS

22.1 - Qualquer comunicação relativa a este CONTRATO deverá ser encaminhada por carta ou fax para os seguintes endereços:

BNDES:

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
A/C: Área de Comércio Exterior
Av. República do Chile, 100
Rio de Janeiro – RJ, BRASIL
CEP 20031-917
Tel.: (55 21) 2172-6541
Fax: (55 21) 2172-6217

REPÚBLICA DO EQUADOR:

Ministerio de Finanzas
A/C: William Vásquez Rubio, Subsecretario de Financiamiento Público
Av. 10 de Agosto # 1661 y Bolivia, Mezzanine.
Quito, Equador.
Tel.: (593-2) 399-8651 / 399-8300

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

Fax: (593-2) 399-8629

INTERVENIENTE EXPORTADOR:

CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.

A/C: Carlos Augusto Jatobá Napoleão
Praia de Botafogo, nº 300, 11º andar, Botafogo
Rio de Janeiro – RJ, Brasil
CEP 22250-040
Tel.: (55 21) 2559-3099
Fax: (55 21) 2559-3297

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CESSÃO

23.1 - O BNDES poderá ceder a terceiros, total ou parcialmente, seus direitos e/ou obrigações previstos neste CONTRATO, com posterior notificação às demais PARTES. A REPÚBLICA será notificada pelo BNDES da decisão de cessão. A REPÚBLICA poderá ceder a terceiros seus direitos e/ou obrigações decorrentes deste CONTRATO, desde que previamente autorizada, por escrito, pelo BNDES.

23.2 - Fica expressamente estabelecido que o BNDES cederá à União da República Federativa do Brasil, em caso de acionamento do Seguro de Crédito à Exportação mencionado no item 13.1 da Cláusula Décima Terceira, sem prévio consentimento da REPÚBLICA, os seus direitos e/ou obrigações previstos neste CONTRATO e nos TÍTULOS DE CRÉDITO, sem prejuízo da obrigação de notificação na forma do item 23.1 desta Cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - INDEPENDÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES

24.1 - Considerando que o BNDES não é parte do CONTRATO COMERCIAL e que o financiamento do BNDES tem por objetivo único viabilizar as exportações brasileiras de BENS e SERVIÇOS, com pagamento ao INTERVENIENTE EXPORTADOR após a efetiva comprovação das exportações nos termos deste CONTRATO:

(a) nenhuma obrigação, direta ou indireta, decorrente do CONTRATO COMERCIAL poderá ser imputada ao BNDES e o BNDES não será obrigado a cumprir qualquer obrigação assumida pelo IMPORTADOR ou pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR no referido CONTRATO COMERCIAL ou em outros instrumentos celebrados entre o IMPORTADOR e o INTERVENIENTE EXPORTADOR;

(b) eventuais divergências ou demandas decorrentes do CONTRATO COMERCIAL, inclusive referentes à prestação dos SERVIÇOS, ao fornecimento dos BENS, à antecipação de recursos e ao adimplemento das obrigações recíprocas das partes, não dispensarão a REPÚBLICA do fiel cumprimento das obrigações assumidas neste CONTRATO e nos TÍTULOS DE CRÉDITO;

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

(c) a REPÚBLICA não apresentará qualquer demanda judicial ou contestação de qualquer tipo, direta ou indiretamente, contra o BNDES, com base no CONTRATO COMERCIAL ou em outros contratos assinados entre o IMPORTADOR e o INTERVENIENTE EXPORTADOR; e

(d) não poderá ser imputada qualquer responsabilidade ao BNDES em decorrência de eventual suspensão das liberações de recursos ao INTERVENIENTE EXPORTADOR, em cumprimento ao disposto neste CONTRATO, não podendo a REPÚBLICA alegar para o não cumprimento das obrigações financeiras ou não-financeiras deste CONTRATO e dos TÍTULOS DE CRÉDITO, a suspensão das liberações e/ou seus eventuais impactos no PROJETO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 - O presente CONTRATO poderá ser alterado por acordo entre as PARTES, mediante a celebração de aditivo contratual, observados os procedimentos legais e regulamentares aplicáveis.

25.2 - O não-exercício imediato, pelo BNDES, de qualquer direito ou faculdade assegurado neste CONTRATO, ou tolerância de atraso no cumprimento de obrigações, não importa em novação ou renúncia à aplicação desse direito ou faculdade, podendo ser exercido a qualquer tempo.

25.3 - No caso de qualquer das cláusulas deste CONTRATO ser considerada nula, anulável ou ineficaz, as demais disposições permanecerão válidas e eficazes, no limite permitido pela legislação aplicável.

25.4 - Este CONTRATO foi redigido em língua portuguesa e espanhola, sendo assinado em 6 (seis) vias, 3 (três) em cada idioma. Em caso de dúvida, controvérsia ou litígio, prevalecerá, para todos os efeitos, o texto original em língua portuguesa.

25.5 - Este CONTRATO obriga as PARTES e seus sucessores, a qualquer título.

25.6 – Os Anexos abaixo relacionados são parte integrante deste CONTRATO, no que não o contrariar, de forma a se complementarem, uns aos outros, sendo que, em caso de dúvida, sempre prevalecerá, para todos os efeitos, o expressamente disposto neste CONTRATO.

Anexo I – Modelo de Autorização de Desconto

Anexo II – Modelo de Nota Promissória - Promissory Note

Anexo III – Modelo de Quadro de Avanço Físico e Avanço Financeiro

Anexo IV – Requisitos das Faturas Emitidas pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR

As folhas do presente Instrumento são rubricadas por Marcelo Luís Mósca de Cerqueira, advogado do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em três vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.



Classificação: Documento reservado
Restrição de acesso: Empresas do Sistema BNDES, Partes deste Contrato, Banco Mandatário e Garantidores
Unidade gestora: AEX/DECEX2 e AEX/JUCEX

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

Folha de Assinaturas do Contrato de Financiamento nº 13.2.0785.1

Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 2013

Pelo BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

Nome: Wagner Bittencourt
Cargo: Presidente em exercício

Nome: Luiz Eduardo Melin
Cargo: Diretor

Pela REPÚBLICA DO EQUADOR

Nome: WILLIAM VÁSQUEZ
Cargo: SUBSECRETARIO DE FINANCIAMIENTO PÚBLICO.

Nome:
Cargo:

Pela CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.

Nome: CLAUDIO NEGREIROS
Cargo: PROCURADOR

Nome: CECLEYO NORONHA
Cargo: PROCURADOR

Testemunhas:

1.
Nome: ALVALDO G. DOS SANTOS
R.G.: 11251870-1

2.
Nome: LIVIA MARIA MATTOS MENDES DA SILVA
R.G.: 12749086-6



Marcelo Mósca
Advogado

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

ANEXO I

MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO

AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO N.º _____

_____, ____ de ____ de ____.

Ao

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
A/C Área de Comércio Exterior - AEX
Av. República do Chile, 100
20031-170 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Ref.: CONTRATO DE COLABORAÇÃO FINANCEIRA MEDIANTE DESCONTO DE TÍTULOS DE CRÉDITO ("CONTRATO") celebrado em _____ de _____ de _____, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES"), a República do Equador, representada pelo *Ministerio de Finanzas del Ecuador*, por intermédio do, ("REPÚBLICA") e a Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("INTERVENIENTE EXPORTADOR"), destinado ao financiamento das exportações brasileiras de BENS e SERVIÇOS a serem utilizados na implementação do PROJETO, localizado na República do Equador.

Prezados Senhores,

1. Reportamo-nos ao CONTRATO, objetivando a concessão de colaboração financeira à REPÚBLICA mediante o desconto pelo BNDES de TÍTULOS DE CRÉDITO representativos do principal e juros do pagamento à prazo de até 85% (oitenta e cinco por cento) do valor das exportações brasileiras de BENS e SERVIÇOS, destinadas à implementação do PROJETO.
2. Os termos definidos utilizados neste documento têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no CONTRATO.
3. Na qualidade de emitente dos TÍTULOS DE CRÉDITO autorizamos o BNDES a realizar a OPERAÇÃO DE DESCONTO referente à fatura identificada no item 4 abaixo, descontando diretamente ao INTERVENIENTE EXPORTADOR, no Brasil, em moeda brasileira, por conta e ordem da REPÚBLICA, o valor resultante da aplicação da taxa de desconto estipulada no CONTRATO ao montante de US\$ _____ (_____ dólares norte-americanos), referente ao adiantamento de recursos e/ou à prestação dos SERVIÇOS e/ou ao embarque dos BENS, acrescido dos juros calculados conforme o CONTRATO.



Classificação: Documento reservado

Restrição de acesso: Empresas do Sistema BNDES, Partes deste Contrato, Banco Mandatário e Garantidores

Unidade gestora: AEX/DECEX2 e AEX/JUCEX

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

4. Declaramos que os TÍTULOS DE CRÉDITO correspondem ao pagamento do valor dos BENS e/ou SERVIÇOS prestados pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR no âmbito do CONTRATO COMERCIAL, e/ou da antecipação de recursos, conforme fatura(s) nº _____, em anexo.

5. Declaramos, ainda, que a utilização dós recursos decorrentes do CONTRATO guarda compatibilidade com o cronograma de execução físico-financeira do PROJETO e que tais recursos não serão aplicados em gastos que impliquem custeio ou resarcimento de despesas que tenham sido ou que venham a ser realizados pela REPÚBLICA em moeda local ou em terceiros países.

Atenciosamente,

REPÚBLICA DO EQUADOR

Nome:

Cargo:



Marcelo Mosca
Advogado



Classificação: Documento reservado
Restrição de acesso: Empresas do Sistema BNDES, Partes deste Contrato, Banco Mandatário e Garantidores
Unidade gestora: AEX/DECEX2 e AEX/JUCEX

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

ANEXO II

NOTA PROMISSÓRIA

Local e Data de Emissão

US\$.....

Em, por valor recebido, a República do Equador, representada por, obriga-se a pagar, incondicionalmente e por esta única via de nota promissória, a ordem de, a quantia de dólares dos Estados Unidos da América e centavos, sem dedução de ou livre de quaisquer taxas, impostos, tributos ou deveres presentes ou futuros de qualquer natureza sob as leis de ou qualquer subdivisão política daquele ou naquele país.

Essa nota promissória é pagável em

(VERSO)

Reembolso através do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos sob o Código de Reembolso nº.....

Esta Nota Promissória (*pagaré*) provém da exportação de

País exportador: Brasil

País importador: Equador

Data de embarque:

Valor: US\$.....

Data:

Pagar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou à sua ordem, sem direito de regresso.

Em

.....



Marcelo Mósca
Advogado



Classificação: Documento reservado
Restrição de acesso: Empresas do Sistema B
Garantidores
Unidade gestora: AEX/DECEX2 e AEX/JUCEX

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

ANEXO III

MODELO DO DOCUMENTO EXIGIDO PELAS CLÁUSULAS 4.3 ALÍNEA (E) E 17.2 ALÍNEA (A)
QUADRO DE AVANÇO FÍSICO E DE AVANÇO FINANCEIRO

PROJETO:

Exportador: _____ **Valor Contrato Comercial (USD):** _____
Importador: _____ **Data de Assinatura do Contrato Comercial:** _____

Mês de Referência: Data da Ordem de Início:
Valor Contrato de Financiamento BNDES (USD):
Fatura Nº:
Linha Faz-Não:

* Taxa de linhagem e taxa de operação contém 100% de linhagem de RNOEs somente para as operações programadas.

% AVANÇO FÍSICO DO CONTRATO	Acumulado Anterior	jan/00	Acumulado Atual
XXX	R/N/D	R/N/D	R/N/D
XXX	R/N/D	R/N/D	R/N/D
XXX	R/N/D	R/N/D	R/N/D
XXX	R/N/D	R/N/D	R/N/D
XXX	R/N/D	R/N/D	R/N/D
XXX	R/N/D	R/N/D	R/N/D
XXX	R/N/D	R/N/D	R/N/D
XXX	R/N/D	R/N/D	R/N/D
XXX	R/N/D	R/N/D	R/N/D
XXX	R/N/D	R/N/D	R/N/D
TOTAL	R/N/D	R/N/D	R/N/D

Date: / /

Page 1



Classificação: Documento reservado
Restrição de acesso: Empresas do Sistema BNDES, Partes deste Contrato, Banco Mandatário e Garantidores
Unidade gestora: AEX/DECEX2 e AEX/JUCEX

Contrato De Colaboração Financeira Mediante Desconto De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

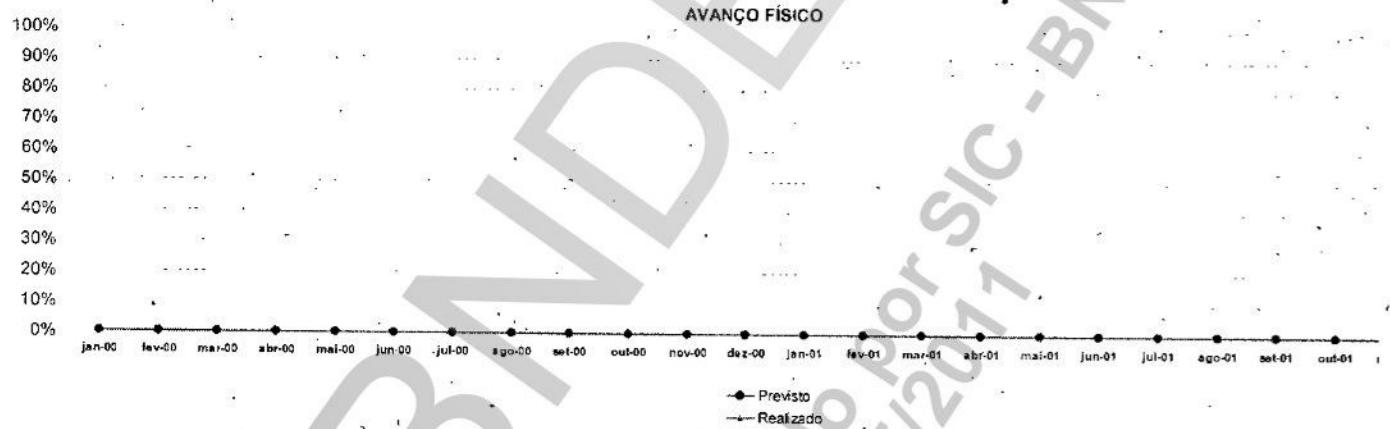
RETO:
de Referência

ALIZADO / MENSAL jan/00 fev/00 mar/00 abr/00 maio/00 jun/00 jul/00 ago/00 set/00 out/00 nov/00 dez/00 jan/01 fev/01 mar/01 abr/01 maio/01 jun/01 jul/01 ago/01

AVANÇO FÍSICO DO CONTRATO jan/00 fev/00 mar/00 abr/00 maio/00 jun/00 jul/00 ago/00 set/00 out/00 nov/00 dez/00 jan/01 fev/01 mar/01 abr/01 maio/01 jun/01 jul/01 ago/01

VALOR ADICIONAL / MÊS jan/00 fev/00 mar/00 abr/00 maio/00 jun/00 jul/00 ago/00 set/00 out/00 nov/00 dez/00 jan/01 fev/01 mar/01 abr/01 maio/01 jun/01 jul/01 ago/01

VALOR ADICIONAL / MÊS jan/00 fev/00 mar/00 abr/00 maio/00 jun/00 jul/00 ago/00 set/00 out/00 nov/00 dez/00 jan/01 fev/01 mar/01 abr/01 maio/01 jun/01 jul/01 ago/01



BNDES

Marcelo Mósca
Advogado

ANEXO IV

REQUISITOS DAS FATURAS EMITIDAS PELO INTERVENIENTE EXPORTADOR

1) Requisitos comuns a todas faturas

- a. Referência à exportação de BENS e SERVIÇOS brasileiros;
- b. Referência ao PROJETO para o qual serão destinados os BENS E SERVIÇOS;
- c. Referência ao IMPORTADOR e/ou DEVEDOR do CONTRATO;
- d. Referência ao desconto de adiantamento conforme CONTRATO COMERCIAL (*anticipo*) caso aplicável;
- e. Referência ao domicílio do INTERVENIENTE EXPORTADOR.

2) Requisitos específicos às faturas de adiantamento de recursos

- a. Referência à(s) cláusula(s) do CONTRATO COMERCIAL que rege(m) a concessão do adiantamento;
- b. Apresentação da fatura original;
- c. Aposição da expressão "De acordo", ou equivalente, pelo IMPORTADOR no corpo da fatura.

3) Requisitos específicos às faturas de SERVIÇOS

- a. Descrição detalhada da natureza dos serviços, a qual deverá conter a mesma abertura de serviços medidos constante do Quadro de Avanço Físico e de Avanço Financeiro do PROJETO;
- b. Aposição da expressão "De acordo", ou equivalente, pelo IMPORTADOR no corpo da fatura;
- c. Referência ao Boletim de Medição que embasou a emissão da fatura, devendo o mesmo estar numerado em ordem seqüencial, e indicando o período a que se refere a medição;
- d. Apresentação da fatura original.

4) Requisitos específicos às faturas de BENS

- a. Emissão no Brasil.
- b. Descrição dos BENS exportados.
- c. Referência ao fato de que os bens objeto da fatura foram exportados do Brasil.

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

**CONTRATO DE COLABORACIÓN FINANCIERA
MEDIANTE DESCUENTO DE TÍTULOS DE
CRÉDITO N° 13.2.0785.1 QUE REALIZAN
ENTRE SI EL BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL
– BNDES Y LA REPÚBLICA DEL ECUADOR,
CON LA INTERVENCIÓN DE LA
CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT
S.A., DE LA FORMA QUE SE DETERMINA A
CONTINUACIÓN:**

Por el presente instrumento particular ("CONTRATO") celebrado, por un lado, por el **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, empresa pública federal brasileña, con sede en Brasilia, Distrito Federal, y oficina de servicios en la Ciudad de Río de Janeiro, Estado de Río de Janeiro, en la Avenida República do Chile, n.º 100, en la República Federativa de Brasil ("Brasil"), inscrito en el CNPJ/MF bajo el n.º 33.657.248/0001-89, por sus representantes legales abajo firmados ("BNDES") y, por otro lado, por la **REPÚBLICA DEL ECUADOR**, representada en este acto por el Ministerio de Finanzas del Ecuador, ubicado en la Av. 10 de Agosto # 1661 y Bolivia, Mezzanine, Quito, Ecuador ("REPÚBLICA"), con la intervención de la **CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.**, sociedad anónima, con sede en Praia de Botafogo, nº 300, 11º piso, Botafogo, en la ciudad de Río de Janeiro, Estado de Río de Janeiro, Brasil, inscrita en el CNPJ/MF bajo el n.º 15.102.288/0001-82, por sus representantes legales – quienes firman al final del documento ("PARTICIPANTE EXPORTADOR"), conjuntamente denominados partes ("PARTES");

CONSIDERANDO QUE:

- (A) como consecuencia del proceso licitatorio internacional SENAGUA-003-2012, la Secretaría Nacional del Agua – SENAGUA ("IMPORTADOR") institución de derecho público de Ecuador, celebró con el PARTICIPANTE EXPORTADOR, el 28 de mayo de 2012, el *Contrato de Construcción de las Obras del Proyecto Trasvase Daule-Vinces*, en la República del Ecuador, para lo cual el IMPORTADOR adquirirá del PARTICIPANTE EXPORTADOR bienes y servicios brasileños que serán exportados de Brasil ("CONTRATO COMERCIAL");
- (B) la REPÚBLICA y el PARTICIPANTE EXPORTADOR solicitaron que las exportaciones brasileñas de bienes y servicios, que serán utilizados en la implementación del proyecto de irrigación y canalización de ríos Trasvase Daule-Vinces, fuesen financiadas por BNDES;
- (C) el Comité de Financiamiento y Garantía de las Exportaciones ("COFIG"), comité interministerial brasileño responsable, entre otras atribuciones, por la aprobación del Seguro de Crédito a la Exportación emitido por la Unión Federal de la República Federativa de Brasil, con fundamento en el Fondo de Garantía a la Exportación - FGE, aprobó la emisión de Seguro de Crédito a la Exportación para la cobertura del

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

crédito consecuente de la colaboración financiera objeto del presente CONTRATO, con curso en el Convenio de Pagos y Créditos Recíprocos de la Asociación Latinoamericana de Integración - ALADI ("CCR"), suscrito por el *Banco Central do Brasil* y por el Banco Central de la República del Ecuador, entre otras instituciones;

- (D) BNDES, en vista del interés en financiar las exportaciones brasileñas, aprobó, bajo ciertas condiciones, la concesión de colaboración financiera para la realización del Proyecto de irrigación y canalización de ríos Trasvase Daule-Vinces, en la República del Ecuador ("PROYECTO"), que será puesta en marcha mediante el descuento de títulos de crédito representativos del pago a plazo de las exportaciones de bienes ("BIENES") y servicios ("SERVICIOS"), con curso en el CCR;

RESUELVEN las PARTES celebrar el presente CONTRATO, que se regirá por las siguientes Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMERA - NATURALEZA, VALOR Y FINALIDAD DEL CONTRATO

1.1 - El presente CONTRATO tiene como finalidad viabilizar las exportaciones de BIENES y SERVICIOS, destinados a la realización del PROYECTO, mediante el descuento por parte del BNDES de los títulos de crédito descritos en la Cláusula Décima Cuarta ("TÍTULOS DE CRÉDITO"), que serán emitidos para el pago a plazo de las referidas exportaciones y endosados a favor del BNDES ("OPERACIONES DE DESCUENTO"), considerándose un valor de principal de hasta US\$ 136.970.406,68 (ciento treinta y seis millones, novecientos setenta mil, cuatrocientos seis dólares estadounidenses y sesenta y ocho centavos), correspondientes a hasta el 85% (ochenta y cinco por ciento) del precio de los BIENES y SERVICIOS que serán exportados, en el INCOTERM pactado.

1.1.1 - Solamente serán considerados elegibles para refinanciación los BIENES y SERVICIOS que serán utilizados para el PROYECTO, objeto del CONTRATO COMERCIAL.

1.1.2 - Serán considerados elegibles para la financiación de la cuota referente a los BIENES contemplados por la colaboración financiera objeto del presente CONTRATO, aquellos bienes que presenten índice de nacionalización de acuerdo con los criterios definidos por el BNDES y, en el caso que sea aplicable, sean acreditados por la AOI/BNDES.

1.1.3 - Se exige el monto mínimo de US\$ 38.000.000,00, (treinta y ocho millones de dólares estadounidenses) de BIENES efectivamente exportados, bajo pena de incidencia de multa, observado lo dispuesto en los ítems 18.4 y 18.6 de la Cláusula Décima Octava de este CONTRATO.

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

1.2 - Los recursos consecuentes de la colaboración financiera objeto del presente CONTRATO no podrán ser utilizados para una finalidad distinta de la estipulada en esta Cláusula, en especial para:

- (a) el pago de impuestos, tarifas aduaneras, contribuciones, comisiones y cualesquiera otras tarifas o tributos debidos en la República del Ecuador; y
- (b) gastos de cualquier naturaleza que sean realizados en la República del Ecuador o en terceros países, que impliquen una remesa de divisas de Brasil al exterior.

CLÁUSULA SEGUNDA - PLAZO DE UTILIZACIÓN Y DE DISPONIBILIDAD DE LOS RECURSOS

2.1 - El plazo de utilización de los recursos consecuentes de la colaboración financiera objeto del presente CONTRATO es de hasta 33 (treinta y tres) meses a partir de la primera facturación de bienes y servicios o de la facturación del anticipo, lo que ocurra primero, después de lo cual el BNDES no estará obligado a efectuar cualquier liberación de recursos en el ámbito de este CONTRATO.

2.2 - Los recursos serán liberados al PARTICIPANTE EXPORTADOR, en Brasil, en moneda corriente nacional, en cuotas, mediante el descuento de los TÍTULOS DE CRÉDITO, observado el cumplimiento de las condiciones precedentes previstas en la Cláusula Cuarta.

2.2.1 - El valor que será liberado por BNDES, calculado mediante la aplicación de la TASA DE DESCUENTO mencionada en el ítem 15.2 de la Cláusula Décima Quinta a los TÍTULOS DE CRÉDITO, conforme la fórmula presentada en el Anexo 1 de la Circular n.º 176, de 12/09/2002, se convertirá a la moneda vigente nacional a la tasa promedio de compra del dólar estadounidense, publicada por el SISBACEN (Transacción PTAX-800, opción 5), correspondiente al día laborable inmediatamente anterior a la fecha de liberación y vigente para el día de la liberación.

2.2.2 - Los recursos serán liberados en día laborable en la ciudad de Río de Janeiro, por intermedio del banco mandatario que será indicado por el PARTICIPANTE EXPORTADOR y aprobado por BNDES ("BANCO MANDATARIO"), debiendo el BANCO MANDATARIO transferir al PARTICIPANTE EXPORTADOR los valores liberados por BNDES en razón de las OPERACIONES DE DESCUENTO hasta, como máximo, el primer día laborable siguiente a la fecha de su liberación por BNDES.

2.2.3 - El BNDES podrá desembolsar recursos, a título de anticipo, el monto de hasta US\$ 41.091.122,00 (cuarenta y un millones, noventa y un mil, ciento veintidós dólares estadounidenses), observado lo dispuesto en el ítem 4.3.1 de la

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

Cláusula Cuarta y en el ítem 18.5 de la Cláusula Décima Octava, ambos de este CONTRATO.

2.2.4 - En el caso de que no se compruebe la exportación de BIENES Y SERVICIOS en el valor total de US\$ 136.970.406,68 (ciento treinta y seis millones, novecientos setenta mil, cuatrocientos seis dólares estadounidenses y sesenta y ocho centavos), el PARTICIPANTE EXPORTADOR deberá pagar al BNDES una multa, observado lo dispuesto en los ítems 18.5 y 18.6 de la Cláusula Décima Octava.

2.3 - Podrá BNDES, bajo su exclusivo criterio, mediante notificación por escrito a la REPÚBLICA, cancelar la presente colaboración financiera, en el caso de que no sean integralmente cumplidas, en el plazo de 180 (ciento ochenta) días a partir de la firma del presente CONTRATO, las condiciones precedentes para la primera liberación de recursos en el ámbito de las OPERACIONES DE DESCUENTO, estipuladas en el ítem 4.2 de la Cláusula Cuarta.

CLÁUSULA TERCERA - DECLARACIONES

3.1 - La REPÚBLICA declara, en este acto, que:

(a) fueron concedidas, de acuerdo con la legislación aplicable en la República del Ecuador, todas las autorizaciones constitucionales, legales y reglamentarias requeridas para la formalización de este CONTRATO, incluso en lo que atañe a su validez, eficacia y exigibilidad, así como para la representación de la REPÚBLICA;

(b) la firma de este CONTRATO y el cumplimiento de sus obligaciones consecuentes no entran en conflicto con, ni resultarán en violación de tratado, acuerdo, contrato u otro instrumento del que la REPÚBLICA o el IMPORTADOR es parte; así como de ninguna decisión judicial, de dispositivo constitucional, legal o reglamentario en la República del Ecuador; o de cualquier obligación de su responsabilidad;

(c) la legalidad, la validez, la eficacia, la exigibilidad y la admisibilidad como prueba de este CONTRATO en la República del Ecuador eximen su archivo, traducción y el registro o protocolo junto a cualquier órgano público, juzgado o autoridad de la República del Ecuador, o el pago de cualquier impuesto de estampilla, tasa de registro, encargo o tributo semejante;

(d) las obligaciones asumidas en este CONTRATO y en los TÍTULOS DE CRÉDITO son constituidas como líquidas y ciertas y serán consideradas legales, válidas, eficaces y exigibles, según la legislación de la República del Ecuador;

(e) serán cumplidos todos los procedimientos y concedidas todas las autorizaciones necesarias para el registro de la deuda conseciente de la colaboración financiera objeto de este CONTRATO y de los TÍTULOS DE CRÉDITO en el CCR;

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

(f) las obligaciones de pago consecuentes de la colaboración financiera objeto de este CONTRATO y de los TÍTULOS DE CRÉDITO estarán incluidas en el presupuesto anual de la REPÚBLICA, hasta la total liquidación de los TÍTULOS DE CRÉDITO;

(g) no hay exigencia de deducción o descuento en la fuente de pagos que serán efectuados a favor del BNDES, en razón de la colaboración financiera objeto de este CONTRATO y de los TÍTULOS DE CRÉDITO, así como no hay incidencia de cualquier tributo de responsabilidad de BNDES sobre tales pagos, de acuerdo con la legislación en vigencia en la República del Ecuador;

(h) salvo en cuanto a las obligaciones que gocen de privilegio legal, las obligaciones de pago consecuentes de la colaboración financiera objeto de este CONTRATO y de los TÍTULOS DE CRÉDITO se encuentran en igualdad de condiciones con todas las otras obligaciones de pago de responsabilidad de la REPÚBLICA, no habiendo preferencia en la liquidación de sus créditos, de acuerdo con la legislación en vigencia en la República del Ecuador;

(i) de acuerdo con la legislación en vigencia en la República del Ecuador, las eventuales demandas administrativas o judiciales de BNDES consecuentes de este CONTRATO y de los TÍTULOS DE CRÉDITO estarán a nivel de igualdad, en lo que atañe a derecho de pago, con las demandas de todos los demás acreedores de la REPÚBLICA;

(j) la elección de la legislación brasileña como aplicable al presente CONTRATO es válida, está conforme con la legislación de la República del Ecuador y será reconocida y aplicada por los órganos jurisdiccionales de la República del Ecuador;

(k) los laudos arbitrales emitidos por la cámara arbitral serán reconocidos y ejecutados por las cortes de la República del Ecuador, sin revisión de mérito;

(l) no es necesario que BNDES esté licenciado, habilitado o de otra forma autorizado para ejercer actividades comerciales en la República del Ecuador, para el fin del ejercicio de sus derechos o para la celebración y el cumplimiento de este CONTRATO, de acuerdo con la legislación vigente en la República del Ecuador;

(m) BNDES no es, ni será considerado domiciliado o ejerciendo actividades en la República del Ecuador en razón de la celebración, del cumplimiento o de la exigibilidad del presente CONTRATO;

(n) eventuales divergencias o demandas consecuentes del CONTRATO COMERCIAL u otros instrumentos celebrados para la ejecución del PROYECTO no eximirán a la REPÚBLICA del fiel cumplimiento de las obligaciones asumidas en este CONTRATO y en los TÍTULOS DE CRÉDITO;

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

(o) no existe ningún incumplimiento con relación a las obligaciones de su responsabilidad o de cualquiera de sus entes, en contratos o instrumentos que constituyan endeudamiento externo;

(p) ningún endeudamiento externo de la REPÚBLICA está garantizado por ningún gravamen de recetas o activos actuales o futuros de la REPÚBLICA;

(q) la ley y jurisdicción acordadas en este CONTRATO no violan ni infringen la legislación de la República del Ecuador y, en caso de controversias contractuales en el ámbito del proceso arbitral establecido en este CONTRATO, declara desde ya que no impugnará ni desconocerá la ley brasileña ni el arbitraje acordado por las PARTES como aplicables a este CONTRATO, ni tampoco desconocerá el laudo arbitral y su ejecución en cualquier jurisdicción;

(r) el PROYECTO para el cual se destinan los BIENES y SERVICIOS financiados en el ámbito de este CONTRATO respetará todas las normas ambientales aplicables en vigencia en la República del Ecuador;

(s) todas las declaraciones prestadas en este CONTRATO son verdaderas y completas y, después de su emisión, se aplicarán, sin restricciones, a los TÍTULOS DE CRÉDITO y que no tiene conocimiento de cualesquiera hechos o circunstancias relevantes que no hayan sido expresamente declarados en este instrumento y que, en el caso que sean conocidos, podrían afectar adversamente la decisión de BNDES en cuanto a la concesión de la colaboración financiera o la capacidad de la REPÚBLICA de cumplir las obligaciones consecuentes de este CONTRATO y de los TÍTULOS DE CRÉDITO; y

(t) el proceso de licitación que determinó la selección y contratación del PARTICIPANTE EXPORTADOR por el IMPORTADOR siguió las normas aplicables de la República del Ecuador, por lo tanto, es legal y válido de acuerdo con las leyes de la República del Ecuador.

3.2 - La REPÚBLICA declara inclusive, en este acto, a nombre del IMPORTADOR, que:

(a) están siendo cumplidas las medidas y acciones destinadas a evitar o corregir daños al medio ambiente, seguridad y medicina del trabajo que pudieran ser causados por el PROYECTO; y

(b) sus obligaciones junto a los órganos del medio ambiente en la República del Ecuador, inclusive, pero no limitado, las previstas en la licencia ambiental aprobada por la Resolución n° 308/12, están en situación regular.

3.3 - El PARTICIPANTE EXPORTADOR declara, en este acto, que:

 BNDES

Marcelo Mósca
Advogado

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

- (a) están siendo cumplidas todas las obligaciones ambientales que se encuentran bajo su responsabilidad consecuentes del PROYECTO, manteniéndose en situación regular junto a los órganos del medio ambiente, conforme la legislación ambiental en vigencia en la República del Ecuador y aplicable al PROYECTO; y
- (b) todas las declaraciones realizadas en este CONTRATO son verdaderas y completas y, después de efectuadas, se aplicarán, sin restricciones, a los TÍTULOS DE CRÉDITO; y no se tiene conocimiento de cualquier hecho o circunstancia relevante que no hayan sido expresamente declarados en este instrumento, y que en caso de ser conocidos, podrían afectar adversamente la decisión del BNDES en cuanto a la concesión de la colaboración financiera o a su capacidad de cumplir las obligaciones derivadas de este CONTRATO y de los TÍTULOS DE CRÉDITO.

3.4 - Las declaraciones arriba establecidas en esa Cláusula Tercera son realizadas con carácter continuo, pero aquellas constantes en el ítem 3.1 se considerarán ratificadas en cada liberación de recursos, y las declaraciones constantes en los ítems 3.2 y 3.3 se considerarán ratificadas durante todo el plazo de financiamiento, bajo los términos de este CONTRATO.

3.5 - No obstante lo dispuesto en el párrafo (g) del ítem 3.1 de esta Cláusula, en caso de incidencia de tributo, la REPÚBLICA estará sujeta al cumplimiento de las obligaciones referidas en la Cláusula Décima.

3.6 - La REPÚBLICA y el PARTICIPANTE EXPORTADOR asumen, en este acto, la obligación de informar inmediatamente a BNDES cualquier ocurrencia que, de alguna forma, impacte en las declaraciones arriba mencionadas, sin perjuicio de que BNDES pueda ejercer sus derechos contenidos en la Cláusula Décima Primera.

CLÁUSULA CUARTA - CONDICIONES PRECEDENTES A LA LIBERACIÓN

4.1 - Para la liberación de recursos en el ámbito de las OPERACIONES DE DESCUENTO, deberán ser cumplidas las condiciones estipuladas en esta Cláusula, de forma satisfactoria para BNDES.

4.2 - La primera liberación de recursos está condicionada, además del cumplimiento de las condiciones establecidas en los ítems 4.3 y 4.4 de esta Cláusula y de otras exigidas por las Normas Operacionales de la Línea de Financiación BNDES EXIM Pos-Embarque, a la recepción por parte de BNDES de los documentos descritos a continuación:

(a) de documento que evidencie la contratación de la institución financiera que actuará como BANCO MANDATARIO de acuerdo con las Normas Operacionales de la Línea de Financiación BNDES Exim pos-embarque;

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

(b) de comprobación del pago íntegro por parte de la REPÚBLICA de la Comisión de Administración ("COMISIÓN DE ADMINISTRACIÓN") mencionada en la Cláusula Décima Novena;

(c) de comprobación del pago íntegro de los GASTOS mencionados en la Cláusula Sexta;

(d) de copia del Registro de Operación de Crédito - RC, obtenido por el PARTICIPANTE EXPORTADOR, observadas sus formalidades legales, evidenciando la autorización para la exportación de los BIENES y SERVICIOS e indicando las condiciones financieras descritas en este CONTRATO;

(e) de copia autenticada del contrato celebrado entre el PARTICIPANTE EXPORTADOR y la empresa de auditoría externa brasileña cuyo objeto sea la verificación y certificación de la efectiva exportación de BIENES y SERVICIOS objeto de la colaboración financiera en el ámbito de este CONTRATO, bajo los términos del ítem 18.1 de la Cláusula Décima Octava;

(f) de documento revestido de las formalidades legales aplicables, que evidencien la autorización para el(s) signatario(s) de este CONTRATO, de los TÍTULOS DE CRÉDITO y de las Autorizaciones de Descuento ("AUTORIZACIONES DE DESCUENTO"), los firmen a nombre de la REPÚBLICA, así como de documento que compruebe el otorgamiento de poderes a los signatarios de los demás documentos consecuentes de este CONTRATO, observada la conformidad con el dictamen legal mencionado en el párrafo (l) de esta Cláusula;

(g) de copia de las "Condiciones Generales y Particulares del Certificado de Garantía de Cobertura de Seguro de Crédito a la Exportación" relativa a la operación objeto de este CONTRATO, así como respectivos adjuntos, cubriendo riesgos políticos y extraordinarios, conforme la Cláusula Décima Tercera, bajo los términos satisfactorios para BNDES;

(h) de un original de las "Condiciones Especiales del Certificado de Garantía de Cobertura de Seguro de Crédito a la Exportación" relativo a la operación objeto de este CONTRATO, mediante el cual el PARTICIPANTE EXPORTADOR cede a favor de BNDES los derechos consecuentes del referido Certificado de Garantía, en términos satisfactorios para BNDES;

(i) de una versión original de este CONTRATO, debidamente firmada por las PARTES, con las firmas de los representantes del PARTICIPANTE EXPORTADOR debidamente reconocidas;

(j) de las autorizaciones gubernamentales exigidas por la legislación de la República del Ecuador para la formalización de este CONTRATO y para el cumplimiento, por parte de la REPÚBLICA, de las obligaciones en él estipuladas;

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

(k) de documento comprobatorio de que el valor de la colaboración financiera objeto del presente CONTRATO está registrado como deuda pública de la REPÚBLICA, en cumplimiento a la legislación en vigencia en la República del Ecuador; y

(l) de dictamen legal emitido en términos satisfactorios para BNDES, elaborado por un consultor jurídico del órgano oficial ecuatoriano competente para manifestarse sobre las materias indicadas abajo, que, entre otras informaciones sean juzgadas como necesarias por BNDES:

- (i) certifique la capacidad legal de la REPÚBLICA para celebrar este CONTRATO;
- (ii) certifique que fueron logradas todas las autorizaciones legales y reglamentarias exigidas para la celebración, legalidad, validez, eficacia y exigibilidad del presente CONTRATO y de los TÍTULOS DE CRÉDITO, tanto para la representación de la REPÚBLICA en el presente CONTRATO y en los TÍTULOS DE CRÉDITO;
- (iii) certifique que fueron obtenidas todas las autorizaciones legales y reglamentarias exigidas para el registro de los valores objeto de la colaboración financiera del presente CONTRATO, como deuda pública de la República del Ecuador, conforme la legislación ecuatoriana;
- (iv) liste todas las autorizaciones y/o licencias exigidas por la legislación en vigencia en la República del Ecuador para la regularidad socio ambiental del PROYECTO, los respectivos órganos competentes para su expedición, e indique el momento o etapa del PROYECTO en el que tales documentos se vuelven obligatorios;
- (v) certifique que fueron logradas todas las autorizaciones referidas en el subítem (iv) arriba mencionado, necesariamente para el estado actual del PROYECTO;
- (vi) certifique que la licencia ambiental aprobada por la Resolución nº 308 de 05/03/12, emitida por el Ministerio del Ambiente, está conforme con la legislación ambiental ecuatoriana;
- (vii) certifique que las obligaciones asumidas por la REPÚBLICA en el presente CONTRATO, especialmente en relación a la elección de arbitraje, como medio de solucionar controversias, a la aplicación de las normas de procedimiento de la CCI - Cámara de Comercio Internacional, en el procedimiento arbitral y a la adopción de la legislación brasileña como ley aplicable, fueron debidamente autorizadas por la autoridad ecuatoriana competente y son legales, válidas, eficaces, exigibles y alcanzables, no

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

violan la Constitución ni tampoco cualquier ley o reglamento en vigencia en la República del Ecuador;

(viii) informe los procedimientos y requisitos necesarios para la ejecución de sentencias judiciales y/o laudos arbitrales extranjeros ante el Poder Judicial de la República de Ecuador; y

(ix) certifique que el procedimiento licitatorio realizado para el PROYECTO y para el cual fue contratado el PARTICIPANTE EXPORTADOR está de acuerdo con la legislación en vigencia en la República del Ecuador, especialmente en cuanto a la posibilidad de restringirlo, apenas licitantes de un país y a determinadas empresas brasileñas.

(m) Orden de Proceder a ser emitida en el ámbito del CONTRATO COMERCIAL, que certifique que fueron cumplidas todas las condiciones para el inicio de los trabajos;

(n) de modelo de Cuadro de Avance Físico y de Avance Financiero, que será elaborado por el PARTICIPANTE EXPORTADOR, considerados los parámetros constantes en el Anexo III, en términos satisfactorios a BNDES, que podrá manifestar su anuencia, incluso, por medio electrónico de comunicación; y

(o) la presentación por el PARTICIPANTE EXPORTADOR/BENEFICIARIO del Certidão Negativa de Débito – CND o del Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, emitido por el Servicio de Rentas Internas de Brasil, a través de Internet, a ser obtenida por el PARTICIPANTE EXPORTADOR de la siguiente dirección: www.receita.fazenda.gov.br;

(p) de comprobación por parte del PARTICIPANTE EXPORTADOR, mediante copia del contrato de câmbio, del ingreso efectivo en el Brasil, del valor correspondiente a la parte no financiada, en al menos el 15% (quince por ciento) del valor de las exportaciones de bienes y servicios, según los términos del CONTRATO COMERCIAL.

4.3 - Constituye condición para todas las liberaciones de recursos, incluso la primera, la recepción por parte del BNDES:

(a) de la AUTORIZACIÓN DE DESCUENTO, en la forma del Anexo I, numerada en orden secuencial único, emitida a favor del PARTICIPANTE EXPORTADOR, conjuntamente con los documentos requeridos por el CONTRATO COMERCIAL;

(b) del listado de los Registros de Exportación - RE de los BIENES financiados, elaborado por el PARTICIPANTE EXPORTADOR, mencionando el número de la factura correspondiente, en el caso de los desembolsos relativos a las exportaciones de BIENES;

(c) de original de la factura comercial de exportación de BIENES y SERVICIOS, conteniendo los requisitos establecidos en el Anexo IV, emitida por el PARTICIPANTE

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

EXPORTADOR, indicada en los correspondientes TÍTULOS DE CRÉDITO y AUTORIZACIÓN DE DESCUENTO, debidamente aprobada y con la expresión "De Acuerdo" adjunta por el IMPORTADOR en la factura, así como, en el caso de los desembolsos relativos a las exportaciones de BIENES, del respectivo conocimiento de embarque, evidenciando el valor de los BIENES exportados;

(d) de informe de seguimiento de las exportaciones de los BIENES y SERVICIOS referente al último PERÍODO DE ALCANCE, bajo los términos del ítem 18.1 de la Cláusula Décima Octava;

(e) de Cuadro de Avance Físico y de Avance Financiero del PROYECTO, según lo previsto en el ítem 18.2 de la Cláusula Décima Octava;

(f) de informe de avance físico y avance financiero del PROYECTO relativo al último PERÍODO DE ALCANCE, observado lo dispuesto en el ítem 18.3 de la Cláusula Décima Octava;

(g) de copia de los Registros de Exportación - RE, debidamente registrados por la Secretaría de la Receta Federal de Brasil, obtenida por el PARTICIPANTE EXPORTADOR, referentes al embarque de los BIENES, en que quede evidenciada la autorización para su exportación, vinculados al Registro de Operación de Crédito - RC, mencionado en el ítem 4.2 de la Cláusula Cuarta;

(h) caso haya cualesquiera alteraciones con relación al Registro de Operación de Crédito - RC mencionado en el ítem 4.2 de la Cláusula Cuarta, de copia del Registro de Operación de Crédito - RC, que será obtenido por el PARTICIPANTE EXPORTADOR, observadas sus formalidades legales y las condiciones financieras descritas en este CONTRATO;

(i) de lista detallada de los BIENES exportados, con sus respectivos índices de nacionalización, fabricantes y/o abastecedores en Brasil, observada, en el caso que se aplique, la necesidad de acreditación de los mismos por la AOI/BNDES, conforme el ítem 1.1.2 de la Cláusula Primera;

(j) de los TÍTULOS DE CRÉDITO de principal e intereses mencionados en la Cláusula Décima Cuarta, en la forma del Anexo II de este CONTRATO, debidamente cursados en el CCR y endosados a favor de BNDES;

(k) del comprobante de pago de la prima del Seguro de Crédito a la Exportación, según lo referido en el ítem 13.2 de la Cláusula Décima Tercera;

(l) de comprobación, por parte de la REPÚBLICA, de la existencia de asignación presupuestaria para el PROYECTO, para cada año del período de su ejecución, que será presentada a BNDES anualmente;

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

(m) de comprobación de pago de los GASTOS mencionados en la Cláusula Sexta, eventualmente incurridas después del pago exigido como condición para la primera liberación;

(n) caso haya cualesquiera alteraciones con relación a los signatarios de los documentos mencionados en el párrafo (f) del ítem 4.2 de esta Cláusula, de la comprobación del otorgamiento de poderes a los nuevos signatarios;

(o) comprobante del pago de la(s) TASA DE COMPROMISO, con fecha anterior al desembolso a ser efectuado, según la Cláusula Vigésima;

(p) de los demás documentos exigidos por las Normas Operacionales de la Línea de Financiación BNDES Exim Pos-embarque y por la legislación brasileña aplicable, además de otros documentos juzgados necesarios por BNDES.

4.3.1 Los desembolsos a ser realizados después del anticipo, tendrán una deducción porcentual correspondiente a la relación entre el valor del anticipo y el valor total del crédito, aplicado sobre el valor de la factura presentada para el desembolso correspondiente, de conformidad con el ítem 4.3, inciso "c" de ésta Cláusula, hasta que haya una deducción total del anticipo.

4.4 - Además de las condiciones listadas en los ítems 4.2 y 4.3, las liberaciones de BNDES al PARTICIPANTE EXPORTADOR están condicionadas a la:

(a) inexistencia de cualquiera de los EVENTOS DE INCUMPLIMIENTO definidos en la Cláusula Décima Primera de este CONTRATO;

(b) inexistencia de incumplimiento de cualquier naturaleza de la REPÚBLICA, del IMPORTADOR o del PARTICIPANTE EXPORTADOR o de cualquier empresa perteneciente a su Grupo Económico, ante del Sistema BNDES, compuesto por BNDES y su subsidiarias Agencia Especial de Financiación Industrial - FINAME, BNDES Participações S.A. - BNDESPAR y BNDES Limited ("Sistema BNDES");

(c) inexistencia de cualquier hecho que, a criterio del BNDES y de acuerdo con sus normas internas, puedan alterar la situación económica-financiera de la REPÚBLICA que pueda comprometer el cumplimiento de las obligaciones asumidas por la REPÚBLICA, bajo los términos de este CONTRATO y de los TÍTULOS DE CRÉDITO. BNDES informará previamente a la REPÚBLICA sobre la decisión tomada con base en este párrafo;

(d) inexistencia de cualquier hecho que, a criterio del BNDES, pueda alterar la situación económica-financiera del PARTICIPANTE EXPORTADOR o de cualquier empresa del grupo económico al que pertenezca, y que pueden afectar el cumplimiento de las obligaciones asumidas en este CONTRATO;

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

(e) inexistencia de impedimento al apoyo oficial brasileño a las exportaciones cubiertas por la presente colaboración financiera, en cumplimiento de los compromisos asumidos por Brasil como parte de la Convención Sobre el Combate de la Corrupción de Funcionarios Públicos Extranjeros en Transacciones Comerciales Internacionales, ratificada el 15 de junio de 2000, y promulgada por el Decreto n° 3678, del 30 de noviembre de 2000; y

(f) inexistencia de impedimento a la liberación de recursos al PARTICIPANTE EXPORTADOR, de naturaleza legal o judicial, según el ordenamiento jurídico brasileño.

(g) inexistencia de impedimentos establecidos en la Constitución Federal, en el artículo 54, incisos I y II;

(h) inexistencia de incumplimiento relativo al CONTRATO COMERCIAL;

(i) inexistencia de cualquier hecho que afecte el derecho del BNDES a recibir una indemnización relativa al Seguro de Crédito a las Exportaciones, mencionado en la Cláusula Décima Tercera, imputable a la REPÚBLICA o a el PARTICIPANTE EXPORTADOR; y

(j) verificar que el *Certidão Negativa de Débito – CND* o el *Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa – CPD-EN*, que se menciona en la letra "o", del ítem n° 4.2, es válido hasta la fecha de la transferencia de recursos al PARTICIPANTE EXPORTADOR.

4.5 - Los documentos mencionados en esta Cláusula Cuarta cuyos signatarios no sean residentes y domiciliados en la República Federativa de Brasil sus firmas deberán estar reconocidas por notario público local en el país donde hayan sido emitidos y deben ser legalizados por la Autoridad Consular brasileña competente.

CLÁUSULA QUINTA - INTERESES APPLICABLES AL PAGO DE LAS EXPORTACIONES

5.1 - Los intereses deberán ser pagados por la REPÚBLICA en hasta 20 (veinte) cuotas semestrales y consecutivas, venciendo la primera cuota en el 6º (sexto) mes a partir de la fecha de la primera facturación de bienes o servicios o de la facturación de pago del anticipo, lo que ocurra primero, debiendo la primera cuota de intereses referente a cada grupo de TÍTULOS DE CRÉDITO ser calculada *prorrata die* considerando entre la fecha de emisión de la factura de BIENES y SERVICIOS o de la factura del anticipo a la cual correspondan los TÍTULOS DE CRÉDITO y el vencimiento semestral subsiguiente.

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

5.1.1. En función del plazo mínimo necesario para registro en el CCR de los TÍTULOS DE CRÉDITO emitidos por el PARTICIPANTE EXPORTADOR y aceptados por la REPÚBLICA, la primera cuota de intereses tendrá su fecha de vencimiento desplazada para la fecha de vencimiento subsiguiente, siempre que la fecha de la facturación de bienes y servicios, ocurra en hasta 30 (treinta) días anteriores a un vencimiento semestral.

CLÁUSULA SEXTA - GASTOS

6.1 - Todos los gastos incurridos en la negociación, preparación, contratación y registros de los documentos necesarios para la formalización del financiamiento, así como las consecuentes eventuales renegociaciones y aditivos ("GASTOS"), deberán ser pagados directamente por la REPÚBLICA. Caso tales GASTOS sean, excepcionalmente, pagados por BNDES, deberán ser reembolsados por la REPÚBLICA o por el PARTICIPANTE EXPORTADOR, conforme el caso, en el plazo estipulado en el Aviso de Cobranza correspondiente, observada la Cláusula Octava, o, en el caso que sea aplicable, hasta la fecha del desembolso subsiguiente a la emisión del referido Aviso, lo que primero ocurra.

CLÁUSULA SÉPTIMA - AMORTIZACIÓN

7.1 - El principal derivado del pago de las exportaciones de BIENES y SERVICIOS será amortizado en dólares estadounidenses, en 15 (quince) cuotas semestrales y consecutivas, venciendo la primera en el 36º (trigésimo sexto) mes a partir de la primera facturación de bienes y servicios o de la facturación de pago del anticipo, lo que ocurra primero.

CLÁUSULA OCTAVA - PROCESAMIENTO Y COBRO DE LA DEUDA

8.1 - El cobro de los valores de principal e intereses de los TÍTULOS DE CRÉDITO será hecha mediante la solicitud de reembolso por el BANCO MANDATARIO al Banco Central de Brasil, en el ámbito del CCR, en las fechas de sus respectivos vencimientos, según los códigos de reembolso que constan de los TÍTULOS DE CRÉDITO.

8.2 - BNDES podrá cobrar directamente de la REPÚBLICA, entre otros, el pago de los valores debidos a título de GASTOS, eventuales intereses de mora y demás encargos. En esta hipótesis, la cobranza será hecha mediante Aviso de Cobranza expedido por BNDES o por el BANCO MANDATARIO, con antecedencia, para que la REPÚBLICA liquide las correspondientes obligaciones en las fechas de sus vencimientos, de acuerdo con las instrucciones constantes en él.

8.3 - Todos y cualesquiera pagos debidos por la REPÚBLICA a BNDES como consecuencia de este CONTRATO, que no tengan curso en el CCR, deberán ser efectuados en dólares estadounidenses, mediante el depósito de fondos inmediatamente disponibles, a favor de BNDES, en la cuenta corriente del BANCO MANDATARIO, que BNDES informará a la REPÚBLICA, observando lo siguiente:

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

8.3.1 - Los depósitos deberán ser efectuados hasta a las 10:00 a.m. de los respectivos vencimientos, considerando la hora de Nueva York.

8.3.2 - BNDES podrá, durante la vigencia de este CONTRATO, indicar otra forma y lugar de pago, siempre que comunique por escrito a la REPÚBLICA tal decisión con una antecedencia mínima de 30 (treinta) días.

8.4 - La no recepción del Aviso de Cobranza no eximirá a la REPÚBLICA de la obligación de pagar los valores debidos a BNDES en las fechas de los respectivos vencimientos, de acuerdo con este CONTRATO.

CLÁUSULA NOVENA - VENCIMIENTO EN DIAS FERIADOS

9.1 - Los pagos referidos en los ítems 8.2 y 8.3 de la Cláusula Octava consecuentes de este CONTRATO cuyos vencimientos ocurran sábados, domingos o feriados serán, para todos los fines y efectos de este CONTRATO, desplazados al primer día laborable subsiguiente en Nueva York.

CLÁUSULA DÉCIMA - TRIBUTOS

10.1 - Sin perjuicio de lo dispuesto en el párrafo (g) del ítem 3.1 de la Cláusula Tercera, todos y cualesquier impuesto, tasa, contribuciones y demás tributos, tarifas, deducciones, comisiones o encargos análogos, presentes o futuros, que incidan sobre la firma, la emisión o el cumplimiento de las obligaciones en el ámbito de este CONTRATO o de los TÍTULOS DE CRÉDITO, entre los cuales los pagos de cualquier valor en el ámbito de los documentos referidos, serán de responsabilidad exclusiva de la REPÚBLICA.

10.2 - Se obliga a la REPÚBLICA, en la hipótesis de la incidencia de eventuales impuestos, tasas, contribuciones y demás tributos, tarifas, deducciones, comisiones o encargos análogos sobre la firma, la emisión o el cumplimiento de las obligaciones en el ámbito de este CONTRATO o de los TÍTULOS DE CRÉDITO, entre los cuales, cualesquier valor que se le deban al BNDES en consecuencia de los documentos referidos, a sumar a los pagos que serán efectuados, en el caso de incidencia de tributos sobre los pagos, el monto necesario para la recomposición de los valores originalmente debidos, de forma que BNDES reciba tales valores en la forma en que si las retenciones o deducciones no hubiesen sido impuestas o a efectuar el pago del tributo adeudado, en el caso de tributos que no incidan en los pagos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMERA - INCUMPLIMIENTO

11.1 - Se caracterizan como eventos de incumplimiento (cada uno, "EVENTO DE INCUMPLIMIENTO"):

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

- (a) el no pago de los TÍTULOS DE CRÉDITO en las compensaciones cuatrimestrales en el ámbito del CCR;
- (b) el incumplimiento, por la REPÚBLICA, de cualquier obligación financiera consecuente de este CONTRATO o de los TÍTULOS DE CRÉDITO;
- (c) el incumplimiento de cualquier obligación no financiera asumida por la REPÚBLICA en este CONTRATO;
- (d) el incumplimiento, por parte de la REPÚBLICA, de cualquier obligación financiera o no financiera consecuente de cualquier otro contrato celebrado por la REPÚBLICA con BNDES u otra empresa del Sistema BNDES, o de títulos de crédito emitidos por la REPÚBLICA y descontados por BNDES u otra empresa del Sistema BNDES;
- (e) las alteraciones bajo los términos y condiciones del CONTRATO COMERCIAL, sin la previa y expresa anuencia de BNDES, que puedan afectar, a criterio de BNDES, la finalidad del presente CONTRATO y la capacidad de cumplimiento por parte de la REPÚBLICA de las obligaciones consecuentes de este CONTRATO o el pago de los TÍTULOS DE CRÉDITO;
- (f) la extinción, por cualquiera de sus formas o, la cancelación, por cualquier razón, del CONTRATO COMERCIAL;
- (g) la cancelación, revocación o suspensión de cualquier autorización gubernamental, referente a este CONTRATO o a los TÍTULOS DE CRÉDITO, de forma que, a criterio de BNDES, pueda afectar la capacidad de cumplimiento por la REPÚBLICA de las obligaciones consecuentes de este CONTRATO o del pago de los TÍTULOS DE CRÉDITO;
- (h) la comprobación de que cualquier declaración o información presentada por la REPÚBLICA o por el PARTICIPANTE EXPORTADOR, para los fines y efectos de este CONTRATO o de los TÍTULOS DE CRÉDITO, o para la emisión de cualquier documento relativo a este CONTRATO o a los TÍTULOS DE CRÉDITO, sea falsa, incompleta o incorrecta;
- (i) la proposición por parte de la REPÚBLICA o la comprobación de que ésta haya iniciado negociaciones o tomado cualquier otra medida en el sentido de aplazar, reescalonar o de alguna forma reestructurar toda o cualquier parte de su deuda, o propuesto o hecho acuerdo, transferencia, arreglo o composición, con o en beneficio de sus respectivos acreedores, que interfiera, a criterio de BNDES, substancialmente, en su capacidad de cumplir con las obligaciones consecuentes de este CONTRATO o de los TÍTULOS DE CRÉDITO;

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

- (j) la toma de cualquier medida que afecte material y adversamente, a criterio de BNDES, la capacidad de cumplimiento por la REPÚBLICA de las obligaciones asumidas en el ámbito de este CONTRATO o el pago de los TÍTULOS DE CRÉDITO; o
- (k) la declaración de moratoria total o parcial con relación a la deuda externa de responsabilidad de la República del Ecuador, o de cualquiera de sus entes.

11.2 - No obstante las demás penalidades previstas en este CONTRATO, BNDES suspenderá, a cualquier momento, la liberación de recursos consecuente de este CONTRATO, frente de la superveniente de cualesquiera de los EVENTOS DE INCUMPLIMIENTO previstos en el ítem 11.1 de esta Cláusula, bajo los términos del párrafo (a) del ítem 4.4 de la Cláusula Cuarta.

11.3 - En la hipótesis prevista en el párrafo (b) del ítem 11.1 de esta Cláusula, sin perjuicio de las demás penalidades previstas en este CONTRATO, la REPÚBLICA quedará obligada a pagar a BNDES (i) en relación con las obligaciones financieras que eventualmente no sean pagas en el ámbito del CCR, intereses de mora correspondientes al 2% a.a. (dos por ciento anual), sobre la tasa de descuento estipulada en la Cláusula Décima Quinta de este CONTRATO, aplicado sobre el valor incumplido, calculado a *prorrata die*, desde la fecha del respectivo vencimiento hasta la fecha de su efectivo pago; y (ii) en relación con las obligaciones financieras pagas en el ámbito del CCR, los intereses de mora estipulados en el referido convenio.

11.4 - En la ocurrencia de cualesquiera de los EVENTOS DE INCUMPLIMIENTO estipulados en las letras (c), (e), (g) y (j) del ítem 11.1 de esta Cláusula, la REPÚBLICA tendrá el plazo de 20 (veinte) días laborables, en la ciudad de Río de Janeiro, contados a partir de la fecha en la que ocurrió el EVENTO DE INCUMPLIMIENTO, para repararlo, sin perjuicio de la suspensión de la liberación de recursos por BNDES, según lo dispuesto en el ítem 11.2 de esta Cláusula.

11.5 - En la ocurrencia del EVENTO DE INCUMPLIMIENTO estipulado en el párrafo (d) del ítem 11.1 de esta Cláusula, la REPÚBLICA tendrá el plazo estipulado en el respectivo contrato, para repararlo, sin perjuicio de la suspensión de la liberación de recursos por BNDES, según lo dispuesto en el ítem 11.2 de esta Cláusula.

11.6 - Como consecuencia de cualquier EVENTO DE INCUMPLIMIENTO, BNDES aplicará las penalidades razonables, independientemente de la demanda, reclamo u otra forma de notificación, observadas las demás disposiciones de esta Cláusula.

11.7 - Los gastos administrativos en caso de que ocurran como consecuencia de los EVENTOS DE INCUMPLIMIENTO serán pagados a BNDES por la REPÚBLICA o por el PARTICIPANTE EXPORTADOR, conforme el caso, de acuerdo con Aviso de Cobranza expedido por BNDES.

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MÚLTA DE COBRANZA JUDICIAL

12.1 - En la hipótesis de cobranza judicial de la deuda, la REPÚBLICA pagará a BNDES una multa del 10% (diez por ciento) sobre el principal y encargos de la deuda, además de los gastos extrajudiciales, judiciales y honorarios de abogados, debidos desde la fecha de interposición de la medida judicial de cobranza.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCERA - SEGURO

13.1 - El pago de los valores de principal e intereses consubstanciados en los TÍTULOS DE CRÉDITO será garantizado por el Seguro de Crédito a la Exportación, con fundamento en el Fondo de Garantía a la Exportación - FGE, para instrumentos cursados en el CCR, bajo los términos de Certificado de Garantía de Cobertura de Seguro de Crédito a la Exportación, que será emitido por la Secretaría de Asuntos Internacionales del Ministerio de la Hacienda (SAIN/MF) a nombre del Gobierno Federal (UNIÓN) de la República Federativa de Brasil, en términos satisfactorios para BNDES, con cobertura del 100% de los riesgos políticos y extraordinarios.

13.2 - La tasa de premio del Seguro de Crédito a la Exportación, definida por el COFIG en su 101° Reunión Ordinaria de 30/01/2013, es INFORMAÇÃO sobre el valor de principal mencionado en el ítem 1.1 de la Cláusula Prim SIGLOSA

13.3 – La prima del seguro referida en el ítem 13.2 de esta Cláusula será pagada por el PARTICIPANTE EXPORTADOR directamente a la institución responsable de su cobro, por la liberación de recursos en el ámbito de este CONTRATO. El PARTICIPANTE EXPORTADOR podrá pedir el reembolso de ese pago a la REPÚBLICA, en el caso de que tales valores no estén incluidos en el presupuesto de las exportaciones brasileñas financiadas, hipótesis en que los valores relacionados con el pago de la prima del seguro no serán aceptados como prueba de exportación de SERVICIOS.

CLÁUSULA DÉCIMA CUARTA - TÍTULOS DE CRÉDITO

14.1 - Para el pago de las exportaciones de los BIENES y SERVICIOS deberán ser emitidas por la REPÚBLICA, en favor del PARTICIPANTE EXPORTADOR, un grupo de pagarés correspondientes a principal e intereses, siendo observados los criterios que se encuentran a continuación:

14.1.1 - Los pagarés correspondientes al principal deberán tener un vencimiento semestral, observado el término inicial definido en la Cláusula Séptima, y ser emitidas en un número correspondiente al total de cuotas de amortización establecido en la referida Cláusula Séptima.

14.1.2 - Los pagarés correspondientes a los intereses deberán tener sus valores y fechas de vencimiento definidos considerándose la TASA DE DESCUENTO, la forma de cálculo y el término inicial establecidos respectivamente en las Cláusulas Décima Cuarta y Quinta, observando que el primer vencimiento de intereses de cada grupo de pagarés

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

podrá ser inferior a 180 (cientos ochenta) días y que el cálculo de esa primera cuota considerará los intereses consecuentes desde la fecha de la primera facturación de bienes y servicios o de la emisión de la factura del anticipo, o lo que ocurra primero, conforme el ítem 5.1 de la Cláusula Quinta.

14.2 - Los pagarés que sean objeto del descuento previsto en la Cláusula Décima Quinta, deberán estar debidamente endosados a favor del BNDES, conteniendo las formalidades determinadas en el ítem 14.3 y en el Anexo II.

14.3 - Los pagarés que sean presentados a BNDES para descuento deberán contener todas las formalidades exigidas para el curso y reembolso en el ámbito del CCR, incluyendo el respectivo registro de los Bancos Centrales de la República del Ecuador y de Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DESCUENTO DE LOS TÍTULOS DE CRÉDITO

15.1 - BNDES realizará el descuento de los TÍTULOS DE CRÉDITO emitidos y endosados en la forma de la Cláusula Décima Cuarta, según lo disponen las Normas de la Línea de Financiación BNDES Exim pos-embarque, contabilizándose el valor que será liberado para el PARTICIPANTE EXPORTADOR mediante la aplicación de la TASA DE DESCUENTO especificada en el ítem 15.2 de esta Cláusula.

15.2 - La tasa de descuento ("TASA DE DESCUENTO") que será aplicada sobre el valor de los TÍTULOS DE CRÉDITO será la tasa de interés de Londres para préstamos o financiamientos interbancarios de Londres (LIBOR) para períodos de 60 (sesenta) meses, disponible en la página electrónica de BNDES, válida para la fecha de la firma de este CONTRATO, aumentada del 2,50% a.a. (dos enteros y cincuenta centésimos por ciento al año), bajo el título de spread, permaneciendo fija durante todo el plazo del financiamiento, considerando, para la base de cálculo, el año de 360 (trescientos sesenta) días.

15.2.1 - La tasa de intereses que será cobrada del IMPORTADOR por el PARTICIPANTE EXPORTADOR para fines de emisión de los TÍTULOS DE CRÉDITO deberá ser igual a la TASA DE DESCUENTO.

15.2.2 - La fecha de inicio del conteo de los intereses para fines de emisión de los TÍTULOS DE CRÉDITO será la fecha de la primera facturación de bienes y servicios o de la facturación de pago del anticipo, debiendo la primera cuota de intereses referente a cada grupo de TÍTULOS DE CRÉDITO ser calculada a *prorrate tempore* siendo considerado el período entre la fecha de emisión de la factura de bienes y servicios o del anticipo al que correspondan los TÍTULOS DE CRÉDITO, y el vencimiento semestral subsiguiente.

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PAGO ANTICIPADO

16.1 - Se faculta a la REPÚBLICA pedir el pago anticipado parcial o total de la colaboración financiera consecuente de este CONTRATO o, de los TÍTULOS DE CRÉDITO, siempre y cuando notifique, por escrito, a BNDES, con la antecedencia mínima de 90 (noventa) días de la fecha prevista para el pago pretendido, permaneciendo tal solicitud sujeta a la aprobación previa, por escrito, del BNDES.

16.2 - La REPÚBLICA deberá pagar a BNDES los costos administrativos relacionados al procesamiento y cobranza de cualesquiera pagos anticipados autorizados en la forma del ítem 16.1 arriba mencionado.

16.3 - En el caso de pago anticipado parcial de la colaboración financiera consecuente de este CONTRATO, de los TÍTULOS DE CRÉDITO y/o de los costos administrativos mencionados en el ítem 16.2 arriba mencionado, los valores pagados anticipadamente serán imputados proporcionalmente a las cuotas que provengan de principal, siendo mantenidas las respectivas fechas de pago.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉPTIMA - OBLIGACIONES ESPECIALES DE LA REPÚBLICA

17.1 - La REPÚBLICA se compromete a no pedir, en momento alguno, el reprogramación de las obligaciones asumidas con BNDES.

17.2 - La REPÚBLICA está obligada a incluir, en su presupuesto anual, sus obligaciones de pago consecuentes de la colaboración financiera objeto de este CONTRATO y consubstanciadas en los TÍTULOS DE CRÉDITO, hasta que hayan sido integralmente liquidadas.

17.3 - La REPÚBLICA se compromete a presentar al BNDES, en caso que este requiera, documentos que comprueben el cumplimiento de las exigencias ambientales contempladas en la licencia ambiental y/o en otros documentos del PROYECTO, en los términos de la legislación ecuatoriana.

17.4 - La REPÚBLICA se compromete a providenciar, previo a cada descuento de los TÍTULOS DE CRÉDITO, que el IMPORTADOR, examine y, estando conforme, manifieste el "de acuerdo" en los siguientes documentos relaciones al desembolso pretendido:

- (a) el cuadro de avance físico y de avance financiero;
- (b) la factura comercia; y
- (c) el informe de avance físico y de avance financiero.

17.5 - La REPÚBLICA se compromete a providenciar que el IMPORTADOR asegure a BNDES, o a quien éste indique por escrito, en la medida en la que BNDES considere necesario, libre acceso al lugar del PROYECTO y a la documentación relativa a su

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

ejecución, facilitándole la realización de inspecciones técnicas, administrativas y financieras, en horas de funcionamiento normal y mediante previa comunicación escrita.

CLÁUSULA DÉCIMA OCTAVA - OBLIGACIONES ESPECIALES DEL PARTICIPANTE EXPORTADOR

18.1 - El PARTICIPANTE EXPORTADOR está obligado a presentar, durante todo el plazo de utilización de los recursos consecuentes de la colaboración financiera objeto del presente CONTRATO, informe de seguimiento a las exportaciones ("INFORME"), elaborado de forma satisfactoria para BNDES, con descripción circunstanciada de los BIENES y SERVICIOS vinculados al PROYECTO, observando lo siguiente:

- (a) cada INFORME deberá abarcar las exportaciones ocurridas en cada semestre desde el mes de la emisión de la primera factura de bienes y servicios o de la primera factura de pago del anticipo, lo que ocurra primero ("PERÍODO DE ALCANCE");
- (b) los INFORMES deberán ser entregados al BNDES hasta el último día laborable del segundo mes siguiente al final de cada semestre, correspondiente al cerramiento del PERÍODO DE ALCANCE de los INFORMES, referidos el párrafo (a) arriba;
- (c) los INFORMES deberán ser auditados por una empresa de auditoría externa brasileña contratada por el PARTICIPANTE EXPORTADOR, a su costo, y previamente aprobada por BNDES.

18.2 - El PARTICIPANTE EXPORTADOR está obligado a elaborar y entregar a BNDES, previamente a cada liberación de recursos el Cuadro de Avance Físico y de Avance Financiero del PROYECTO en la forma del Anexo III, con la expresión "DE ACUERDO" añadida por el IMPORTADOR, indicando los SERVICIOS prestados, los porcentajes de avance físico y de avance financiero del PROYECTO y valores correspondientes; y el número de la respectiva factura comercial, con el fin de que los eventos contenidos puedan ser claramente identificados.

18.3 - El PARTICIPANTE EXPORTADOR está obligado a presentar a BNDES Informe de Avance Físico y Avance Financiero del PROYECTO emitido por el PARTICIPANTE EXPORTADOR, con la expresión "De acuerdo" añadido por el Importador, en las mismas fechas de presentación del INFORME mencionado en el ítem 18.1 arriba mencionado. El Informe de Avance Físico y Avance Financiero vendrá a contener, entre otras informaciones, la descripción del PROYECTO, el Cronograma de Avance Físico y Financiero, relación de la mano de obra asignada al PROYECTO y acompañamiento fotográfico.

18.4 - El PARTICIPANTE EXPORTADOR deberá comprobar al BNDES mediante la presentación de los Registros de Exportación - RE debidamente registrados y vinculados

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

al RC de la operación y de los correspondientes conocimientos de embarque, hasta el término del plazo de utilización establecido en la Cláusula Segunda, la efectiva exportación de BIENES, en el valor mínimo de US\$ 38.000.000,00 (treinta y ocho millones de dólares estadounidenses).

18.4.1 - Para fines de comprobación de la exportación del mínimo de BIENES previsto en el ítem 18.4 arriba mencionado, deberán ser presentados los Registros de Exportación; entre los cuales deberá constar la NCM 7308 (trabajos de hierro fundido, hierro o acero – construcciones y sus partes).

18.5 - El PARTICIPANTE EXPORTADOR deberá comprobar al BNDES mediante la presentación de los Registros de Exportación - RE debidamente registrados y vinculados al RC de la operación y de los correspondientes conocimientos de embarque, o de la factura correspondiente de SERVICIOS debidamente aceptada, hasta el término del plazo de utilización establecido en la Cláusula Segunda, la efectiva exportación de BIENES y SERVICIOS, en el valor del CRÉDITO.

18.6 - En el caso de que no se compruebe lo exigido en el ítem 18.4 y 18.5 arriba mencionado, el PARTICIPANTE EXPORTADOR deberá, según instrucciones del Aviso de Cobranza que será emitido por el BANCO MANDATARIO, o directamente por el BNDES, pagar al BNDES una multa equivalente a:

- (a) en el caso del ítem 18.4 de esta Cláusula, 10% (diez por ciento) sobre la diferencia entre el valor mínimo establecidos en el ítem 18.4 de esta Cláusula y el valor de los BIENES efectivamente exportados.
- (b) en el caso del ítem 18.5 de esta Cláusula, 10% (diez por ciento) sobre el valor de la diferencia entre el monto del CRÉDITO y el valor de los BIENES y SERVICIOS efectivamente exportados.

18.6.1. – En la hipótesis de incumplimiento simultáneo de las obligaciones descritas en el ítem 18.6, con la consecuente incidencia de las respectivas multas, el PARTICIPANTE EXPORTADOR deberá pagar al BNDES únicamente la multa de mayor valor.

18.6.2. – En el caso de atraso en el pago de cualquiera de las penalidades previstas en el ítem 18.6, el PARTICIPANTE EXPORTADOR deberá pagar los intereses de mora previstos en el ítem 11.3 de la Cláusula Décima Primera, aplicable al monto debido y no pagado, calculado desde la fecha del vencimiento indicado en el respectivo aviso de cobranza, hasta la fecha de su pago efectivo, día a día, de acuerdo con el sistema proporcional.

18.7 - El PARTICIPANTE EXPORTADOR está obligado a comunicar a BNDES y a la REPÚBLICA los casos de extinción o cancelación, así como toda y cualquier alteración o situación de no pago ocurrida en el CONTRATO COMERCIAL.

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

18.8 - El PARTICIPANTE EXPORTADOR está obligado a pagar la comisión en su caso debida al BANCO MANDATARIO.

18.9 - El PARTICIPANTE EXPORTADOR está obligado, además, a comunicar a BNDES cualquier hecho superveniente a la "Declaración de Compromiso del Exportador (Combate a la Corrupción de Funcionarios Públicos Extranjeros en Transacciones Comerciales Internacionales)", prevista en la Resolución CAMEX n.º 62, del 17/08/2010, que venga o pueda venir a alterar la situación en ella declarada, en cumplimiento al párrafo (e) del ítem 4.4 de la Cláusula Cuarta.

18.10. - El PARTICIPANTE EXPORTADOR está obligado a comunicar a BNDES cualquier hecho que represente un impedimento para la liberación de recursos en cumplimiento al párrafo (f) del ítem 4.4 de la Cláusula Cuarta.

18.11. - El incumplimiento por el PARTICIPANTE EXPORTADOR de las obligaciones acordadas en esta Cláusula Decima Octava, implicará la suspensión, por el BNDES, de las liberaciones de recursos previstas en el ámbito de este CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA NOVENA - COMISIÓN DE ADMINISTRACIÓN

19.1 - La REPÚBLICA pagará a BNDES, a título de COMISIÓN DE ADMINISTRACIÓN, el monto equivalente a 1,0% (uno por ciento) flat sobre el valor total de principal mencionado en la Cláusula Primera, en cuota única, hasta la fecha de la primera liberación de recursos, en el ámbito de este CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - TASA DE COMPROMISO

20.1 - La REPÚBLICA pagará semestralmente a BNDES, a título de Tasa de Compromiso ("TASA DE COMPROMISO"), el monto correspondiente a 0,5% a.a. (cinco décimos por ciento al año) calculado a *prorrata tempore* sobre el saldo no utilizado del valor total de principal referido en el ítem 1.1 de la Cláusula Primera, desde la fecha de firma de este CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMERA- ARBITRAJE

21.1 - Las Partes convienen de forma libre y voluntaria que todas las disputas o controversias derivadas de este CONTRATO serán resueltas definitivamente mediante arbitraje internacional en derecho, de acuerdo al Reglamento de la Corte Internacional de Arbitraje de la Cámara de Comercio Internacional ("CCI"), al cual las PARTES se someten, vigente en la fecha de este CONTRATO por un tribunal compuesto por tres árbitros designados de conformidad con el referido Reglamento.

21.2 - Los árbitros deberán tener experiencia como árbitro en por lo menos tres arbitrajes.

21.3 - La sede del arbitraje será la ciudad de Río de Janeiro y el idioma será el portugués.

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

21.4 - El laudo arbitral será final, definitivo, inapelable y de ejecución inmediata.

21.5 – Las PARTES renuncian irrevocablemente a la utilización del procedimiento de Arbitro de Emergencia establecido en el artículo 29 y en la Reglas sobre Árbitros de Emergencia del Reglamento de la CCI.

21.6 - Las PARTES declaran que los derechos y obligaciones asumidas en el presente CONTRATO, y en especial en esta Cláusula Vigésimo Primera, son válidas y exigibles, y que se someten de forma libre y voluntaria a las leyes de la República Federativa de Brasil.

21.7 - Los árbitros decidirán sobre los costos de arbitraje y su distribución entre las PARTES.

CLÁUSULA VIGÉSIMO SEGUNDA - CORRESPONDENCIAS

22.1 - Cualquier comunicación relativa a este CONTRATO deberá ser encaminada por carta o fax a las siguientes direcciones:

BNDES:

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
A/C: Área de Comércio Exterior
Av. República do Chile, 100
Rio de Janeiro – RJ, BRASIL
CEP 20031-917
Tel.: (55 21) 2172-6541
Fax: (55 21) 2172-6217

REPÚBLICA DEL ECUADOR:

Ministerio de Finanzas
A/C: William Vásconez Rubio, Subsecretario de Financiamiento Público
Av. 10 de Agosto # 1661 y Bolivia, Mezzanine
Quito, Ecuador.
Tel.: (593-2) 399-8651 / 399-8300
Fax: (593-2) 399-8629

PARTICIPANTE EXPORTADOR:

CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.

A/C: Carlos Augusto Jatobá Napoleão
Praia de Botafogo, nº 300, 11º piso, Botafogo
Río de Janeiro – RJ, Brasil
CEP 22250-040
Tel.: (55 21) 2559-3099
Fax: (55 21) 2559-3297

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCERA - CESIÓN

23.1 - BNDES podrá ceder a terceros, total o parcialmente, sus derechos y/o obligaciones previstos en este CONTRATO, con posterior notificación a las demás PARTES. La REPÚBLICA será notificada por BNDES de la decisión de cesión. La REPÚBLICA podrá ceder a terceros sus derechos y/o obligaciones consecuentes de este CONTRATO, previo autorización, por escrito de BNDES.

23.2 - Queda expresamente establecido que BNDES cederá a la Unión de la República Federativa de Brasil, en caso de ejecución del Seguro de Crédito a la Exportación mencionado en el ítem 13.1 de la Cláusula Décima Tercera, sin previo consentimiento de la REPÚBLICA, sus derechos y/o obligaciones previstos en este CONTRATO y en los TÍTULOS DE CRÉDITO, sin perjuicio de la obligación de notificación en la forma del ítem 23.1 de esta Cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMO CUARTA - INDEPENDENCIA DE LAS OBLIGACIONES

24.1 - Considerando que BNDES no es parte del CONTRATO COMERCIAL y que el financiamiento de BNDES tiene por objetivo único viabilizar las exportaciones brasileñas de BIENES y SERVICIOS, con pago al PARTICIPANTE EXPORTADOR después de la efectiva comprobación de las exportaciones bajo los términos de este CONTRATO:

(a) ninguna obligación, directa o indirecta, conseciente del CONTRATO COMERCIAL podrá ser atribuida a BNDES y BNDES no será obligado a cumplir cualquier obligación asumida por el IMPORTADOR o por el PARTICIPANTE EXPORTADOR en el referido CONTRATO COMERCIAL o en otros instrumentos celebrados entre el IMPORTADOR y el PARTICIPANTE EXPORTADOR;

(b) eventuales divergencias o demandas consecuentes del CONTRATO COMERCIAL, incluso referentes a la prestación de los SERVICIOS, al suministro de los BIENES, al anticipo y al debido cumplimiento de las obligaciones recíprocas de las partes, no eximirán a la REPÚBLICA del fiel cumplimiento de las obligaciones asumidas en este CONTRATO y en los TÍTULOS DE CRÉDITO;

(c) la REPÚBLICA no presentará cualquier demanda judicial o negación de cualquier tipo, directa o indirectamente, contra BNDES, con base en el CONTRATO COMERCIAL o en otros contratos firmados entre el IMPORTADOR y el PARTICIPANTE EXPORTADOR; y

(d) no podrá ser atribuida cualquier responsabilidad a BNDES en consecuencia de eventual suspensión de las liberaciones de recursos al PARTICIPANTE EXPORTADOR, en cumplimiento a lo dispuesto en este CONTRATO, no pudiendo la REPÚBLICA alegar al incumplimiento de las obligaciones financieras o no financieras de este CONTRATO y de los TÍTULOS DE CRÉDITO, la suspensión de las liberaciones y/o sus eventuales impactos en el PROYECTO.

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

CLÁUSULA VIGÉSIMO QUINTA - DISPOSICIONES GENERALES

25.1 - El presente CONTRATO podrá ser alterado por acuerdo entre las PARTES, mediante la celebración de modificación contractual, observando los procedimientos legales y reglamentarios aplicables.

25.2 - El no ejercicio inmediato, por BNDES, de cualquier derecho o facultad asegurado en este CONTRATO, o tolerancia de atraso en el cumplimiento de obligaciones, no resulta en novación o renuncia a la aplicación de ese derecho o facultad, pudiendo ser ejercido a cualquier momento.

25.3 - En el caso de que cualquiera de las cláusulas de este CONTRATO sea considerada nula, anulable o ineficaz, las demás disposiciones permanecerán válidas y eficaces, en el límite permitido por la legislación aplicable.

25.4 - Este CONTRATO fue redactado en idioma portugués y español, siendo firmado en 6 (seis) versiones, 3 (tres) en cada idioma. En caso de duda, controversia o litigio, prevalecerá, para todos los efectos, el texto original en idioma portugués.

25.5 - Este CONTRATO obliga a las PARTES y sus sucesores, a cualquier título.

25.6 - Los Anexos abajo enumerados son parte integrante de este CONTRATO, que no contrarían sino complementan uno al otro, siendo que, en caso de duda, siempre prevalecerá, para todos los efectos, lo expresamente dispuesto en este CONTRATO.

Anexo I – Modelo de Autorización de Descuento

Anexo II - Modelo de Pagaré - Promissory Note

Anexo III - Modelo de Cuadro de Avance Físico y Avance Financiero

Anexo IV - Requisitos de las Facturas Emitidas por el PARTICIPANTE EXPORTADOR

Las páginas del presente Instrumento, son rubricadas por Marcelo Luís Mósca de Cerqueira, abogado del BNDES, por autorización de los representantes legales que lo firman.

Y, para que así conste, firman el presente en tres copias, de igual tenor y para un solo efecto, en la presencia de los testigos abajo firmados.



Classificação: Documento reservado
Restrição de acesso: Empresas do Sistema BNDES, Partes deste Contrato, Banco
Mandatário e Garantidores
Unidade gestora: AEX/DECEX2 e AEX/JUCEX

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

Hoja de Firma del Contrato de Financiamiento n° 13.2.0785.1

Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 2013.

Por el **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**

Nombre:
Cargo: Wagner Bittencourt
Presidente em exercício

Nome:
Cargo: Luiz Eduardo Melin
Diretor

Por la **REPÚBLICA DEL ECUADOR**

Nombre: WILLIAM VASCONZ
Cargo: SubSECRETARIO DE FINANCIAMIENTO
PÚBLICO

Nombre:
Cargo:

Por la **CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.**

Nombre: CLAUDIO MENEZES
Cargo: PROCURADOR

Nome: CARLOS NAPOLITANO
Cargo: PROCURADOR

Testigos:

1.
Nombre: ANA LIA G. DOS SANTOS
R.G.: 11251850-1

2.
Nome: LIVIA MARIA MATIAS M. SILVA
R.G.: 12749086-6



Marcelo Mecca
Advogado

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

ANEXO I

MODELO DE AUTORIZACIÓN DE DESCUENTO

AUTORIZACIÓN DE DESCUENTO N.º _____

_____, ____ de _____. de _____.

AI

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
A/C Área de Comercio Exterior - AEX
Av. República de Chile, 100
20031-170 - Río de Janeiro - RJ
Brasil

Ref.: CONTRATO DE COLABORACIÓN FINANCIERA MEDIANTE DESCUENTO DE TÍTULOS DE CRÉDITO ("CONTRATO") celebrado el _____ de _____ de _____, entre el Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES"), la República del Ecuador, representada por el Ministerio de Finanzas del Ecuador, por medio de ("REPÚBLICA") y la CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A. ("PARTICIPANTE EXPORTADOR"), destinado al financiamiento de las exportaciones brasileñas de BIENES y SERVICIOS que serán utilizados en la implementación del PROYECTO; localizado en la República del Ecuador.

Apreciados Señores,

1. Nos reportamos al CONTRATO, objetivando la concesión de colaboración financiera a la REPÚBLICA mediante el descuento por BNDES de TÍTULOS DE CRÉDITO representativos del principal e intereses del pago en cuotas de hasta 85% (ochenta cinco por ciento) del valor de las exportaciones brasileñas de BIENES y SERVICIOS, destinadas a la implementación del PROYECTO.
2. Los términos definidos utilizados en este documento tienen el mismo significado que les fue atribuido en el CONTRATO.
3. En la calidad de emisor de los TÍTULOS DE CRÉDITO autorizamos a BNDES a realizar la OPERACIÓN DE DESCUENTO referente a la factura identificada en el ítem 4 abajo mencionada, descontando directamente al PARTICIPANTE EXPORTADOR, en Brasil, en moneda brasileña, por cuenta y orden de la REPÚBLICA, el valor resultante de la aplicación de la tasa de descuento estipulada en el CONTRATO a el monto de US\$ _____ (_____ dólares estadounidenses), referente al _____

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

pago del anticipo y/o a la prestación de los SERVICIOS y/o al embarque de los BIENES más los intereses calculados conforme el CONTRATO.

4. Declaramos que los TÍTULOS DE CRÉDITO corresponden al pago del valor de los BIENES y/o SERVICIOS prestados por el PARTICIPANTE EXPORTADOR en el ámbito del CONTRATO COMERCIAL, y/o del anticipo, conforme factura(s) nº _____, en anexo..

5. Declaramos, además, que la utilización de los recursos consecuentes del CONTRATO guarda compatibilidad con el Cronograma de ejecución físico-financiera del PROYECTO y que tales recursos no serán aplicados en gastos que impliquen costo o resarcimiento de gastos que hayan sido o que vengan a ser realizados por la REPÚBLICA en moneda local o en países terceros.

Atentamente,

REPÚBLICA DEL ECUADOR

Nombre:

Cargo:



Classificação: Documento reservado
Restrição de acesso: Empresas do Sistema BNDES, Partes deste Contrato, Banco
Mandatário e Garantidores
Unidade gestora: AEX/DECEx2 e AEX/JUCEX

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

ANEXO II

NOTA PROMISSÓRIA

Local e Data de Emissão

US\$.....

Em, por valor recebido, a República do Equador, representada por, obriga-se a pagar, incondicionalmente e por esta única via de nota promissória, a ordem de, a quantia de dólares dos Estados Unidos da América e centavos, sem dedução de ou livre de quaisquer taxas, impostos, tributos ou deveres presentes ou futuros de qualquer natureza sob as leis de ou qualquer subdivisão política daquele ou naquele país.

Essa nota promissória é pagável em

(VERSO)

Reembolso através do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos sob o Código de Reembolso nº

Esta Nota Promissória (*pagaré*) provém da exportação de

País exportador: Brasil

País importador: Equador

Data de embarque:

Valor: US\$.....

Data:

Pagar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou à sua ordem, sem direito de regresso.

Em



Classificação: Documento reservado
Restrição de acesso: Empresas do Sistema BNDES, Partes deste Contrato, Banco Mandatário e Garantidores
Unidade gestora: AEX/DECEX2 e AEX/JUCEX

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito N° 13.2.0785.1

ANEXO III

MODELO DE DOCUMENTO REQUERIDO POR LAS CLÁUSULAS 4.3 PÁRRAGO (E) Y 17.2 PÁRRAGO (A)

CUADRO DE AVANCE FÍSICO Y DE AVANCE FINANCIERO

PROYECTO:

Exportador:

Importador:

Mes de Referencia:

Valor Contrato Comercial (USD):

Fecha de Firma del Contrato Comercial:

Fecha de la Orden de Inicio:

Valor Contrato de Financiación BNDES (USD):

Factura N°:

Liberación N°:

CONTRATO COMERCIAL	Peso	EXPORTACIONES BRASILEÑAS (USD)			OUTROS GASTOS (USD)			TOTAL (USD)	
		Valor	%	Anticipación	Valor	%	Anticipación	Contrato Comercial	Anticipación
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
TOTAL - CONTRATO COMERCIAL		Valor Bruto	%	AMORTIZACIÓN DEL ANTICIPO	Valor Bruto	%	AMORTIZACIÓN DEL ANTICIPO	Acumulado Período Anterior	%
VALORES ACUMULADOS PERÍODO ANTERIOR									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
TOTAL - VALORES ACUMULADOS PERÍODO ANTERIOR		Valor Bruto	%	AMORTIZACIÓN DEL ANTICIPO	Valor Bruto	%	AMORTIZACIÓN DEL ANTICIPO	Execução Mensal	%
EJECUCIÓN MENSUAL									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
TOTAL - EJECUCIÓN MENSUAL		Valor Bruto	%	AMORTIZACIÓN DEL ANTICIPO	Valor Bruto	%	AMORTIZACIÓN DEL ANTICIPO	Acumulado	%
VALORES ACUMULADOS									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
XXX									
TOTAL - VALORES ACUMULADOS		Valor Bruto	%	AMORTIZACIÓN DEL ANTICIPO	Valor Bruto	%	AMORTIZACIÓN DEL ANTICIPO	Acumulado	%

FUENTES (USD)	PREVISTO	Peso	LIBERADO	%	LIBERACIONES EN ESTUDIO	LIBERACIÓN *MES DE REFERENCIA	FUENTES EJECUTADAS	%	FUENTES A EXECUTAR	%
EXPORTACIONES BRASILEÑAS BNDES EXIM										
CONTRAPARTIDA LOCAL*										
OTROS GASTOS										
TOTAL - FUENTES (USD)										

* Excluir linea caso la operación conte con 100% de financiación del BNDES Exim para las exportaciones brasileñas.

X AVANCE FÍSICO DEL CONTRATO	Acumulado Anterior	enero/00	Acumulado Atual
XXX	RN/D	RN/D	RN/D
XXX	RN/D	#N/D	#N/D
XXX	#N/D	#N/D	#N/D



Marcelo Mósca
Advogado



Classificação: Documento reservado
Restrição de acesso: Empresas do Sistema BNDES, Partes deste Contrato, Banco
Mandatário e Garantidores
Unidade gestora: AEX/DECEX2-e AEX/JUCEX

Contrato De Colaboración Financiera Mediante Descuento De Títulos De Crédito Nº 13.2.0785.1

XXX	#N/D	#N/D	#N/D
XXX	#N/D	#N/D	#N/D
XXX	#N/D	#N/D	#N/D
XXX	#N/D	#N/D	#N/D
XXX	#N/D	#N/D	#N/D
XXX	#N/D	#N/D	#N/D
XXX	#N/D	#N/D	#N/D
TOTAL	#N/D	#N/D	#N/D

Fecha: / / Visto Bueno:

XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX

<Cargo>

<Cargo>

PROYECTO:
Mes de Referencia:

% REALIZADO / MENSUAL enero/00 feb/00 mar/00 abr/00 mayo/00 jun/00 jul/00 ago/00 sept/00 oct/00 nov/00 dic/00 enero/01 feb/01 mar/01 abr/01 mayo/01 jun/01 jul/01 ago/01 sept/01 oct/01 nov/01 dic/01

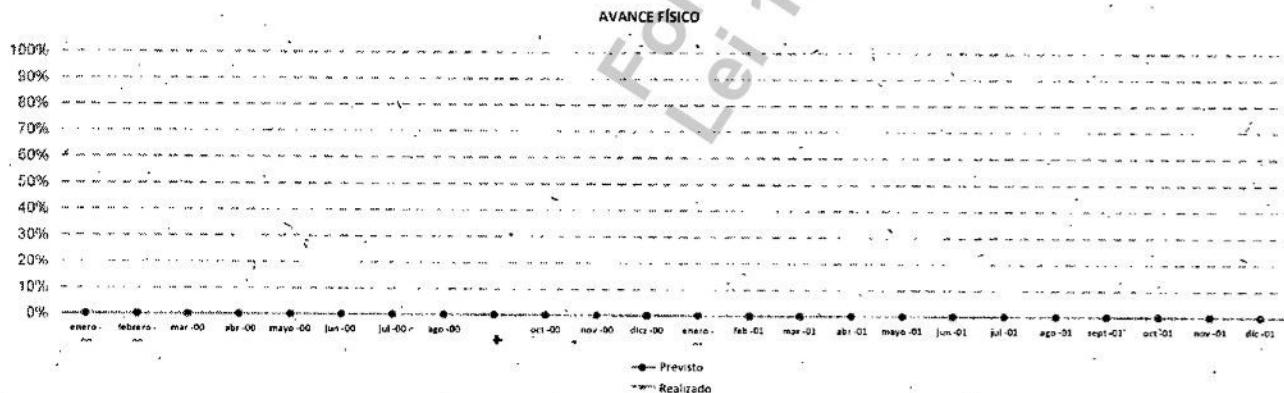
XXX
XXX

% AVANCE FÍSICO DEL CONTRATO enero/00 feb/00 mar/00 abr/00 mayo/00 junio/00 jul/00 ago/00 set/00 oct/00 nov/00 dic/00 enero/01 feb/01 mar/01 abr/01 mayo/01 jun/01 jul/01 ago/01 sept/01 oct/01 nov/01 dic/01

XXX
XXX
XXX
XXX
XXX
XXX
XXX
XXX
XXX
XXX

% CONSOLIDADO / MES enero/00 feb/00 mar/00 abr/00 mayo/00 jun/00 jul/00 ago/00 sept/00 oct/00 nov/00 dic/00 enero/01 feb/01 mar/01 abr/01 mayo/01 jun/01 jul/01 ago/01 sept/01 oct/01 nov/01 dic/01

Acumulado
Realizado
Periodo
Acumulado
Desvío
Periodo
Acumulado



BNDES

Marcelo Mosca
Advogado

ANEXO IV

REQUISITOS DE LAS FACTURAS EMITIDAS POR EL PARTICIPANTE EXPORTADOR

1) Requisitos comunes para todas las facturas

- a. Referencia a la exportación de BIENES y SERVICIOS brasileños;
- b. Referencia al PROYECTO para el cual serán destinados los BIENES Y SERVICIOS;
- c. Referencia al IMPORTADOR y/o DEUDOR del CONTRATO;
- d. Referencia al descuento de adelantamiento conforme el CONTRATO COMERCIAL (*anticipo*) en el caso que se aplique;
- e. Referencia al domicilio del PARTICIPANTE EXPORTADOR.

2) Requisitos específicos para las facturas de adelantamiento de recursos

- a. Referencia a la(s) cláusula(s) del CONTRATO COMERCIAL que rige(n) la concesión del adelantamiento;
- b. Presentación de la Factura original;
- c. Colocación de la expresión "De acuerdo", o equivalente, por el IMPORTADOR en el cuerpo de la factura.

3) Requisitos específicos para las facturas de SERVICIOS

- a. Descripción detallada de la naturaleza de los servicios, la cual deberá contener la misma apertura de servicios medidos constantes en el Cuadro de Avance Físico y de Avance Financiero del PROYECTO;
- b. Colocación de la expresión "De acuerdo", o equivalente, por el IMPORTADOR en el cuerpo de la factura;
- c. Referencia con el Boletín de Medición que fundamentó la emisión de la factura, debiendo el mismo estar numerado en orden secuencial, e indicando el periodo al que se refiere la medición;
- d. Presentación de la factura original.

4) Requisitos específicos para las facturas de BIENES

- a. Emisión en Brasil,
- b. Descripción de los BIENES exportados.
- c. Referencia al hecho de que los bienes objeto de la factura fueron exportados de Brasil.